



Anais da Assembléia

N.º 37

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 09 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 31.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1985.
{QUINTA-FEIRA}.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Tadeu França.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Adhail Sprenger Passos, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Anntônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Trajano Bastos (53). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Airton Cordeiro, Donato Gulin, Ferrari Júnior, Jorge Maia Filho e Nestor Baptista (05).

Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR.2.º SECRETÁRIO- procede à leitura da ata da sessão anterior, à certa altura da referida leitura, é interrompida a leitura, pelo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR.ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, eu pediria que fosse feita uma retificação na ata que está sendo lida, bem no início, quando diz que, eu apresentei um requerimento, para que o Senhor Governador... eu pediria que o Deputado lesse, Questão da Universidade Federal do Paraná.

O SR.2.º SECRETÁRIO- (Tadeu França)-(Lê):

"Do Deputado Adhail Sprenger Passos:

Requer envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando que a escolha para Reitor da Universidade Federal do Paraná...

O SR.ADHAIL SPRENGER PASSOS - Estou satisfeito, Senhor Deputado.

Não é, "solicitando que a escolha" é, "solicitando o empenho do Senhor Governador do Estado, para que a escolha", é o empenho que estou pedindo, eis que o Senhor Governador não tem nada a ver com a Universidade Federal do Paraná, eu desejo que, o Governador encabece o movimento pelas eleições diretas na Universidade Federal do Paraná, como o grande Líder do Paraná!

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Será anotada a alteração proposta.

O SR.OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem)- Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere.

O SR.IVAN GUBERT - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

39 Senhores Deputados responderam a chamada.

Há quorum para deliberação.

O SR.DIRCEU MANFRINATO -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicitaria que Vossa Excelência compusesse a Mesa.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Em votação a ata. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR.1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emenda:

PROPOSTA DE

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 83/85

Artigo Único - O artigo 54 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte

redação.

Artigo 54 - A manutenção da ordem pública e a segurança-interna do Estado, assim como a prevenção, repressão e apuração das infrações penais não compreendidas na competência da Polícia Federal, serão garantidas por meio da Polícia Estadual do Paraná, na forma legal ou regulamentar.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, adotará as providências visando o cumprimento do disposto no artigo anterior, especialmente quanto à absorção pela Polícia Estadual dos quadros e recursos das Polícias Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

Apoiamento: Acir Mezzadri, Antonio Belinati, Sérgio Spada, Ervin Bonkoski, Erondy Silvério, Nelson Buffara, Djalma de Almeida César, Tadeu França, Trajano Bastos, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Tércio Albuquerque, Péricles Pacheco, Adhail Sprenger Passos, José Antônio Fonseca, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Nacional Constituinte deverá restituir aos Estados federados o poder de autodeterminar-se na questão da segurança pública, abrindo pela primeira vez na história republicana a possibilidade de participação da sociedade civil numa mudança radical - de conceito e de prática - do aparelho policial brasileiro. A violência urbana e rural tem sido agravante num contexto de tensão social, exigindo a deflagração de um movimento em mutirão para combater, a criminalidade que se estende por todo o País. Nos últimos 20 anos, a segurança pública esteve centralizada no Governo Federal, embora seja matéria de competência estadual, como reflexo de autoritarismo que dominava o Brasil. A segurança pública estava atrelada a órgãos cujos interesses voltam-se, exclusivamente, para a defesa do Estado e do Governo. Um estudo divulgado pelo Ministério da Justiça afirma que "o organismo policial esteve mais a serviço dos poderosos do que colocado em defesa dos indivíduos de todos os segmentos sociais"

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Administração do Estado para dotar a população de um serviço policial eficiente, preventivo, o que se constata é um altíssimo índice de criminalidade nas sociedades e no campo, levando a insegurança aos lares nas cidades e às fazendas na zona rural. O organismo policial civil, tem-se mostrado impotente para enfrentar as quadrilhas que se

organizam para a prática de assaltos a residências, fábricas, estabelecimentos comerciais e bancários, fazendas, a veículos transportadores de cargas, enfim a todos os setores de atividades no Estado.

É fácil observar que um dos fatores que, sem dúvida, impede o pleno aproveitamento e desenvolvimento do aparelhopolicial está na dicotomia do organismo, o que não encontra qualquer justificativa sob o prisma administrativo. A unificação do organismo policial do Paraná se inspira em providência semelhante proposta na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo Deputado Castello Branco, cuja justificativa se aplica também, à presente emenda Constitucional, pois que, com efeito, a existência de duas políticas, com características e comandos diversos, voltados porém ao mesmo objetivo, implica na divisão da atividade policial e, consequentemente na sua melhor eficiência.

A sua unificação é pois, imperativo de ordem prática reconhecida por todos aqueles que estejam interessados em buscar soluções a tão angustiante problema, visando melhor desempenho da atividade estatal de segurança pública.

Com a unificação do aparelho policial, será possível ao Estado direcionar para um mesmo objetivo pessoal e recursos materiais que muitas vezes são dispersados pela existência de organismo paralelos, em detrimento da segurança da população paranaense. Para enfrentar questão desafiadora como é o combate à criminalidade, podemos buscar contribuição de soluções nos países mais desenvolvidos e experientes, que se apresentam com polícia estadual una e de comprovada eficiência na prevenção e repressão da criminalidade.

A presente propositura visa dotar o Poder Executivo de suporte legal necessário à consecução de medida reclamada pela população e perfeitamente adequada às atuais exigências da sociedade, que clama por uma solução justa e equilibrada frente à violência - produto das crises sociais.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com o presente em aditamento ao Ofício n.º 05/85 encaminhado por esta Liderança a Vossa Excelência, indico para participar da Comissão Especial para Lei Orgânica dos Municípios, o Deputado Ivan Gubert e para Suplente o Deputado Gilberto Rezende de

Carvalho.

(a) SABINO CAMPOS.

Valho-me do ensejo para apresentar a
Vossa Excelência as minhas
Saudações
Sala das Comissões, em 09 de maio de 1985.
(a) GILBERTO CARVALHO
Líder do P.F.L.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com o presente em aditamento ao Ofício
n.º 05/85, encaminhado por esta Liderança
a Vossa Excelência, indico para participar
da Comissão de Direitos Humanos, o Senhor
Deputado Gabriel Manoel e para Suplente o
Senhor Deputado Ivan Gubert.

Valho-me do ensejo para apresentar a
Vossa Excelência as minhas
Saudações.
Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.
(a) GILBERTO CARVALHO
Líder do PFL.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
na qualidade de Líder da Bancada do
Partido Democrático Social, indica para
comporem a Comissão Especial para
Elaboração da Lei Orgânica dos Municípios
do Paraná, os seguintes membros da
Bancada:

Titular: LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Suplente: TUGUIO SETOGUTTE .

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso
de suas atribuições regimentais, REQUER,
Regime de Urgência, para a tramitação do
Projeto de Lei n.º 58/85, (Mensagem
Governamental n.º 88/85), objetivando
fixar normas legais pertinentes a isenção
tributária e outras vantagens fiscais às
Micro-Empresas, bem como alterar
dispositivos da Lei Orgânica do Imposto
sobre Operações Relativos à Circulação de
Mercadorias (ICM).

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER ouvido o Plenário, Regime de
Urgência para o Projeto de Lei n.º 57/85,
de minha autoria, que dá nova denominação
ao Município de São José.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada
do Projeto de Lei n.º 286/84, de sua
autoria, da Ordem do Dia pelo prazo de 05
(cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, inserção
na ata da presente sessão de hoje, de um
voto de profundo pesar, pelo falecimento
ocorrido dia 07 do corrente do Senhor ANIZ
ABUD.

O extinto foi Prefeito Municipal na
cidade de Lupionópolis, o que veio
consternar toda a população da cidade,
onde o mesmo gozava de admiração por seu
alto espírito de bondade para com todos.

Requer, ainda, uma vez aprovado o
presente requerimento, dê-se ciência à
família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) FUAD NACLI.

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja
enviado ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da República, JOSÉ SARNEY e
Ministro da Agricultura PEDRO SIMON, voto
de congratulações pela indicação do
Engenheiro Agrônomo Luiz Carlos Pinheiro
Machado para a Presidência da EMBRAPA-
Empresa Brasileira de Pesquisa
Agropecuária.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas prerrogativas regimentais,
REQUER, após ouvido o Douto Plenário,
envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor
Desembargador ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA
CARNEIRO, DD. Presidente do Tribunal de
Justiça do Estado, solicitando que,
quando da remessa da próxima mensagem
daquele Poder, que tratará do Novo Código
de Organização e Divisão Judiciárias do
Estado do Paraná, seja incluído, para
elevação à categoria de Distrito

Judiciário, o Distrito Administrativo de Iracema, Município de Formosa do Oeste. Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.
(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja oficiado ao Tribunal de Justiça, solicitando a inclusão dos Distritos Administrativos de SANTO IZIDORO, BARRA BONITA e ALTO ALEGRE, do Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ, no Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

REQUER, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.
(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Três Barras do Paraná, município situado na região Oeste do Estado, com uma população estimada de 45.000 (quarenta e cinco mil habitantes, possui três Distritos Administrativos, a saber:

DISTRITO DE SANTO IZIDORO : fazendo divisa com o Município de Dois Vizinhos, através do Rio Iguaçu; com o Município de Dois Vizinhos, através do Rio Iguaçu; com o Município de Nova Prata do Iguaçu, também pelo Rio Iguaçu; com a sede do Município, através da SL-510, ligando a localidade de Encruzilhada ao Rio Iguaçu; com o Distrito de Barra Bonita, através da SL-001, até a continuação da PR- 471 - Localidade de Encruzilhada.

DISTRITO DE BARRA BONITA: fazendo divisa com o Distrito de Santo Izidoro pela SL-001, até a localidade de Encruzilhada; com a sede do Município pela continuação da PR-471, até o início da SL-002, que liga a localidade de Encruzilhada ao Rio Adelaide; com o Distrito de Alto Alegre pelo Rio Adelaide até o Rio Iguaçu; e com o Município de Nova Prata do Iguaçu com o Rio Iguaçu.

DISTRITO DE ALTO ALEGRE - fazendo divisa com a Sede do Município de Catanduvas através de uma linha seca com a Gleba Andrade; com o Município de Boa Vista da Aparecida pelo Rio Tormenta, até o Rio Iguaçu, com o Município de Nova Prata do Iguaçu, através do Rio Iguaçu; e com o Distrito de Barra Bonita pelo Rio Adelaide, até a SL-002.

Ao criar esses Distritos, a Prefeitura Municipal já promoveu a descentralização administrativa, o que, por si só, já bastaria para justificar a reivindicação da descentralização judiciária.

Por outro lado, há que se considerar que parcela considerável da população do município vive nesses distritos, e é grande a distância geográfica que os separa da sede (em média, trinta quilômetros). O atendimento ao que ora se pleiteia virá a beneficiar grandemente essas populações, que não mais necessitarão se locomover até a sede, com grande desconforto, pois as estradas de acesso são precárias, sem asfalto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, para que o mesmo determine a imediata reconstrução de 02 (duas) salas de aula, no Bairro da Vila Coelho, do Município de Sabaúdia.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1985.
(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A reconstrução das salas de aula acima preditas, junto ao Bairro da Vila Coelho, no Município de Sabaúdia, é de máxima urgência, visto que a referida Unidade Escolar, atende uma grande parte da Área rural e bairros mais carentes do Município, e por estarem as referidas salas de aulas em péssimo estado, ou seja, praticamente fora de condições para que sejam ministradas as aulas, além do mais, muitos alunos de pouco poder financeiro, estão deixando de estudar, tendo em vista que, o local mais próximo para eles, fica há alguns quilômetros de suas residências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Fabiano Saporiti Campelo, Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando elaboração de projeto para execução de obras de esgoto sanitário na cidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.
(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A rede de esgoto sanitário existente na cidade de Goioerê, em razão do crescimento e do progresso da cidade, é insuficiente em sua função saneadora. Em diversas ruas da cidade a rede de esgoto não atende centenas de residências e até pequenas empresas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor LUIZ NORBERTO SILVA RATO, Digníssimo Superintendente Regional do BANCO DO BRASIL S.A., objetivando desenvolver estudos que visem a criação de uma agência dessa Instituição Bancária no Município de DIAMANTE DO NORTE- PARANÁ.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Mister se faz a instalação dessa agência no Município de DIAMANTE DO NORTE, uma vez que são inquestionáveis os benefícios que advirão com essa criação, aos comerciantes, industriais e principalmente aos produtores agro-pecuários.

Como bem demonstra o documento em anexo, o crescimento significativo alcançado pelo Município de DIAMANTE DO NORTE, nos últimos anos, o credencia de forma relevante para sediar essa agência bancária.

Cabe-nos, ainda, assinalar que a cada dia torna-se mais premente essa criação, haja visto o enorme índice da exploração agro-pecuária que o município atualmente ostenta em toda a região extremo noroeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade de agilizar o recapeamento asfáltico da estrada que interliga o Município de PARANAVAÍ a PLANALTINA DO PARANÁ, bem como, do percurso que interliga os municípios de LOANDA a PORTO RICO, PARANÁ.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Em recente visita a diversos municípios que compõem a região noroeste do Paraná, observamos o estado lastimável que se encontram essas rodovias.

Mister se faz a recuperação imediata desses percursos, pois assim, teremos o escoamento seguro da imensa produção de grãos dessa região até os grandes centros de comercialização paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa a matéria publicada pelo "Jornal do Estado", em sua edição de 08 de maio de 1985, à pg. 18, com o título de "Curriculum Vitae", de autoria de Suez Nogueira.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 70/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica concedida através da Prefeitura Municipal, uma pensão equivalente a pelo menos 5 (cinco) salários mínimos vigente no País, à viúva de prefeito, cujo falecimento tenha ocorrido durante o exercício do mandato.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

Apoiamto: Acir Mezzadri, Ezequias Losso, Caio Quintana e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Consideramos dos mais humanos este plano de lei que visa conceder às viúvas de Prefeitos que faleceram durante o mandato, uma pensão. O ônus do cofre público será de ínfima importância, pois em raros casos haverá aplicação da lei em questão, ao passo que ocorreria uma justa recomposição do mínimo indispensável ao sustento de uma mulher que ao lado do homem público ofereceu de si o possível em favor da coletividade, porém, com o desaparecimento do Prefeito, não raras vezes, passa a sofrer as mais graves dificuldades.

As viúvas que se enquadram nos efeitos da presente lei, são em números diminutos, dificilmente acontece falecimentos nestes casos, e quando acontece em geral as viúvas são apanhadas por maiores dificuldades de manutenção, razão pela qual clama-se pela existência deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) – Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles Pacheco, inscrito.

O SR. PÊRICLES PACHECO – Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

Embora reconheça as inquestionáveis qualificações

do Ministro e Senador Afonso Alves de Camargo Neto, tanto como articulador político ímpar como as qualidades que o identificam também como administrador público, não posso deixar de registrar - neste momento histórico que o País vive - a minha posição pessoal sobre a sugestão de Sua Excelência, propondo a fusão de Partido da Frente Liberal com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Discordo da proposta - e acredito que não estou sozinho dentro do PFL, muito pelo contrário, inúmeros são os companheiros que partilham da mesma posição.

E discordo da proposta de fusão por achá-la de toda inoportuna. Em primeiro lugar, porque o País vive, com a instauração da chamada Nova República - cujo artífice foi o grande e saudoso Presidente Tancredo Neves - momentos em que se reclama a participação de todos os segmentos da comunidade brasileira. Todas as forças vivas da Nação são chamadas a envolver-se, inserir-se integralmente nesse processo de mudanças políticas visando a consecução de um amplo cabedal de reformas. Até mesmo os chamados partidos clandestinos - conforme nos deixou bem clara a mensagem do Presidente José Sarney ao Congresso Nacional, enviada terça-feira última à apreciação dos Senhores Congressistas - poderão ter vez e voz, se assim for a vontade dos legisladores.

Desta forma, não vejo, a médio e a curto prazo nenhuma razão para - em momentos em que tanto se enfatiza a idéia do pluralismo de opiniões, do pluralismo partidário - que caiba justamente ao PFL renunciar à sua identidade. Identidade que é marca substantiva de um partido político cuja existencia se deu justamente para possibilitar a consecução desse feito histórico que foi a ruptura da visão maniqueísta oposição versus situação, há vinte anos marcava todas as decisões político-administrativas da Nação.

Se a Aliança Democrática é um fato irretorquível, que não mais admite figuras retóricas, e com ela vai-se consolidando toda uma proposta histórica, unindo duas agremiações políticas - o PFL e o PMDB - para o encaminhamento dessa grande marcha nacional, o Partido da Frente Liberal não pretende ab-rogar de sua biografia. Uma biografia recente, nova, mas, sem dúvidas, rica de contributo a um País que ouve, agora, integralmente, os clamores de seu povo.

Se entendemos democracia como expressão legítima da vontade popular - capital, trabalho, minorias, todos sendo ouvidos e tendo seus pleitos examinados sob a ótica do bem comum - fundir o PFL com o PMDB seria decretar a castração de todo um projeto político bem sucedido e ainda incipiente.

Entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um partido como o nosso - o PFL - que hoje conta no Paraná com nomes da maior expressão e do melhor currículo na vida pública paranaense, nasceu para ficar, aqui, e no Brasil.

Não acredito que um partido - como o PFL - que se formou sob a insuperável visão de homens como Marco Maciel, Aureliano Chaves, Ney Braga, Olavo Setúbal - entre tantos notáveis da contemporânea política brasileira -

esteja disposto à autodestruição. A palavra certa, sem outras texturas que não essa - é autodestruição...

Há por fim, toda uma programática, dentro de uma linha liberal, moderna, consentânea com os reclamos do homem à beira do Terceiro Milênio, que o Partido da Frente Liberal encarna. E assim sendo, um partido democrático, liberal, a exemplo daqueles que hoje oferecem as melhores respostas às sociais democracias européias - as da Europa Ocidental -, o PFL, é, ao mesmo tempo, o resumo de uma série de aspirações de brasileiros de todos os quadrantes. E não há como traí-los, fundindo o PFL com o PMDB ou qualquer outro partido político, sob pena de traírmos a Nação que, no Partido da Frente Liberal, vê uma das respostas mais positivas às suas expectativas de montagem de uma autêntica Nova República, em que o homem e seus anseios sejam o princípio e o fim de toda a ação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Existem lutas e conquistas que ajudam a valorizar o Legislativo enquanto uma instituição democrática que busca se libertar dos grilhões impostos por dezenas de anos de autoritarismo e que reduziu este Poder a mero apêndice do Executivo.

Existem lutas e conquistas que aproxima o Legislativo de nosso povo, tornando-o um instrumento de participação da sociedade civil.

Por acreditar nesta prática sempre defendemos que as Comissões Técnicas deste Poder tivessem, como método de atuação a participação da sociedade em seu interior, contribuindo no encaminhamento dos projetos e nas soluções dos problemas paranaenses.

Enquanto estivemos à frente da Comissão de Agricultura desta Casa buscamos nos pautar por essa linha de atuação, o que acreditamos aproximou significativamente o Poder Legislativo do meio rural paranaense e da sociedade como um todo.

Grandes vitórias foram conseguidas a partir de lutas organizadas pela Comissão de Agricultura, e nesta oportunidade, Srs. Deputados, é importante ressaltar que na recente conquista dos suinocultores e avicultores, que obtiveram a isenção do ICM do milho, a Comissão teve um papel de destaque.

Na verdade, o Poder Legislativo, através da Comissão de Agricultura, teve o mérito de ser o primeiro instrumento organizativo a levantar esta reivindicação de uma forma mais ampla, canalizando os esforços das entidades do setor, como os sindicatos rurais, associações ligadas ao meio rural, cooperativas, e principalmente a Associação Paranaense dos Suinocultores (APS) e a Associação Paranaense de Avicultores (APAVI).

Esta luta, que já se arrastava há cerca de um ano, sem que houvesse uma solução satisfatória aos produtores, teve

início em agosto de 1984, quando realizamos uma reunião pública e aberta da Comissão de Agricultura, com a participação de todas as entidades ligadas ao meio rural e as Secretarias de Finanças e Agricultura, a fim de discutir e encaminhar soluções para o problema da tributação de ICM na suinocultura e na avicultura. Daí se tirou a principal reivindicação do setor, encaminhada posteriormente à Secretaria de Finanças: a isenção de ICM para os insumos utilizados na suinocultura e na avicultura, visto que na produção de aves e suínos o ICM incidia duplamente, na compra de rações e na venda do animal.

Ontem, finalmente, foi assinado o Convênio de mútua colaboração entre as Secretarias de Finanças e Agricultura, a Delegacia do Ministério da Agricultura a APS e a APAVI, isentando do ICM o milho "in natura" ou integrante de rações balanceadas utilizado pelos suinocultores e avicultores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. A importância deste Convênio é de fácil compreensão. Ele representará um grande alento para um setor de nossa economia que há muito vinha enfrentando sérias dificuldades financeiras. Um alento na medida em que diminuirá os custos de produção e incentivará o consumo dessas carnes junto à população.

Para se ter uma idéia do alcance social e econômico deste Convênio, Srs. Deputados, basta ver que, apenas a suinocultura paranaense está presente em aproximadamente duzentas mil propriedades rurais, dando sustentação direta a mais de 1,3 milhões de pessoas.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados temos que parabenizar mais esta iniciativa do Governo José Richa, através da Sec. de Finanças e da Agricultura por ter se mostrado sensível à reivindicação desses segmentos tão importantes na vida paranaense. E isto nos dá a certeza de que o Governo vem cumprindo suas promessas, colocando o Estado como estimulador dos produtores de nossas riquezas, fortalecendo principalmente aqueles setores onde predomina a pequena propriedade. Afinal, 80 por cento dos produtores de aves e suínos são pequenos proprietários.

Com medidas deste tipo, temos a certeza que estaremos caminhando para conter e êxodo rural, o desemprego e a estagnação.

Era o que tínhamos a dizer".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Com a palavra, o orador inscrito, o Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A Assembléia Nacional Constituinte deverá restituir aos Estados Federados o poder de autodeterminar-se na questão da segurança pública, abrindo pela primeira vez na história republicana a possibilidade de participação da sociedade civil numa mudança radical — de conceito e de prática — do aparelho policial brasileiro. A violência urbana e rural tem sido agravante num contexto de tensão social, exigindo a deflagração de um movimento em mutirão para combater a criminalidade que se estende por todo o País. Nos últimos vinte anos, a segurança pública esteve centralizada no Governo Federal, embora seja matéria de competência estadual, como reflexo do autoritarismo que denominava o Brasil. A Segurança Pública estava atrelada a órgãos cujos interesses voltam-se exclusivamente, para a defesa do Estado e do Governo. Um estudo divulgado pelo Ministério da Justiça afirma que "o organismo

policial esteve mais a serviço dos poderosos do que colocado em defesa dos indivíduos de todos os segmentos sociais".

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Administração do Estado para adotar a população de um serviço policial eficiente, preventivo, o que se constata é um altíssimo índice de criminalidade nas cidades e no campo, levando a insegurança aos lares nas cidades e às fazendas na zona rural o organismo policial civil tem-se mostrado impotente para enfrentar as quadrilhas que se organizam para a prática de assaltos à residências, fábricas, estabelecimentos comerciais e bancários, fazendas, a veículos transportadores de valores e de cargas, enfim a todos os setores de atividades no Estado.

E fácil observar que um dos fatores que, sem dúvida, impede o pleno aproveitamento e desenvolvimento do aparelho policial está na dicotomia do organismo, o que não encontra qualquer justificativa sob o prisma administrativo. A unificação do organismo policial do Paraná se inspira em providência semelhante proposta na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo Deputado Castello Branco, cuja justificativa se aplica também, à presente Emenda Constitucional, que damos entrada nesta Casa, na tarde de hoje pois que, com efeito, a existência de duas polícias, com características e comandos diversos, voltados porém ao mesmo objetivo, implica na divisão da atividade policial e, conseqüentemente na sua melhor eficiência.

A sua unificação é pois imperativo de ordem prática reconhecido por todos aqueles que estejam interessados em buscar soluções a tão angustiante problema, visando melhor desempenho na atividade estatal de segurança pública.

Com a unificação do aparelho policial proposto será possível ao Estado direcionar para um mesmo objetivo pessoal e recursos materiais que muitas vezes são dispersados pela existência de organismos paralelos, em detrimento da segurança da população paranaense. Para enfrentar questão desafiadora como é o combate à criminalidade, podemos buscar contribuição de soluções nos países mais desenvolvidos e experientes, que se apresentam com polícia estadual una e de comprovada eficiência na prevenção e repressão da criminalidade.

A presente proposição visa dotar o Poder Executivo de suporte legal necessário à consecução da medida reclamada pela população e perfeitamente adequada às atuais exigências da sociedade, que clama por uma solução justa e equilibrada frente à violência — produto das crises sociais".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sra. e Srs.

Deputados, ontem o Congresso Nacional tomou decisões que repercutem e repercutiram na vida econômica, política e social do País. Cumprindo compromissos assumidos quando da campanha, tanto das "diretas já" como da campanha de candidato único das Oposições à Presidência da República, o Congresso Nacional deliberou sobre questões que, sem dúvida alguma, estão hoje a repercutir em todo País.

O estabelecimento das diretas à Presidência da República, a confirmação pelo voto direto, secreto, dos Prefeitos das Capitais, o estabelecimento do direito à voto aos cidadãos brasileiros que não tiveram condições da instrução formal, a liberalização da organização partidária,

são questões que há muitos e muitos anos arrastavam-se nos porões do antigo regime. Só recentemente, nos últimos anos, tornaram-se bandeiras de praça pública. E mesmo assim, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, foi necessário se sepultar o regime instalado em 1964, fato ocorrido em 15 de janeiro deste ano, para que nós tivéssemos a satisfação de poder, hoje, contar com direitos políticos reestabelecidos em nosso País.

Em que pesem algumas questões que não chegaram a atender plenamente a consciência política e o anseio nacional, como é o caso específico da proibição da elegibilidade dos atuais Prefeitos nomeados nas Capitais, e também do impedimento aos analfabetos em postulações a cargos eletivos, e também, um terceiro e último aspecto que permanece para posterior deliberação que é, a existência, ainda, de algumas restrições ao livre funcionamento dos partidos políticos no País. Em que pesem esses três aspectos restritivos, inegavelmente, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, se constituiu, com a decisão de ontem no Congresso Nacional, nesta madrugada, um avanço significativo nas regras políticas que o País hoje, e com a nossa responsabilidade tem pela frente com vistas e a estabelecimento efetivo, de uma democracia não só no plano político, mas social e econômico por tantas vezes protelado, e tantas vezes reivindicado. O fato de que, na mesma data de ontem, um dos partidos políticos mais antigos da nossa história, mantido na clandestinidade pela maior parte de sua existência, e conseguido a publicação no "Diário Oficial da União", do seu estatuto, programa e manifesto, e ter dado entrada no Supremo Tribunal Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral, aliás, do pedido de registro provisório, é uma prova de que, após tantos anos, nós teremos condições de, através de partidos políticos fortes e organizados, se estabelecer as bases efetivas de um partido democrático.

É o registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que gostaria de fazer nesta tarde.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito de acusações formuladas pelo Deputado Ailton Cordeiro, contra o Senador Alvaro Dias, acusando-o de interferir e substituir arbitrariamente e o delegação de polícia do Município de Paissandu. Cumpre-nos esclarecer, que jamais houve esse tipo de interferência, considerando como é, um cargo de confiança política, a responsabilidade cabe, portanto, ao diretório municipal através de sua Comissão Executiva, e a todos os Vereadores peemedebistas, que assim agiram no entendimento, de que seria de melhor alvitre, objetivando a situação local. (Lê):

Em que pesem ainda as inquietações surgidas nesta Casa de Leis, em torno do propalado atraso quanto à remuneração dos professores do Estado que estão ministrando aulas extraordinárias, cumpre salientar que a SEED do Paraná, através da Professora Gilda Poli Rocha Loures, foi quem eliminou as arbitrariedades tão em voga no passado, mediante a institucionalização de leilão público destas aulas, dentro de critérios rigorosamente objetivos.

Foi, portanto, a partir do Governo Richa que o subjetivismo de preferências pessoais a nortear a distribuição de aulas extraordinárias deixou de existir. Disciplinadas em termos de prioridades pelo Decreto 4515/84, as aulas extraordinárias são, basicamente,

eventuais e esporádicas, circunstâncias esta que por si mesma torna impraticável o menor aceno em termos de remuneração inicial de cada ano sem atraso, a não ser que se implantasse para os primeiros meses letivos o critério de remuneração estimativa, baseada na média de vencimentos dos últimos meses da jornada anual anterior. Embora esta prática, caso adotada, surgiria também com certos vícios de origem, em função da inexistência de outra alternativa mais perfeita, essa diretriz deve merecer intensa análise por todos nós.

Os professores que ministram aulas extraordinárias são, ao menos, detentores de um padrão de ensino. E conquanto justas as reclamações surgidas por uma impontualidade ainda inevitável em seus vencimentos, esses professores vêm recebendo rigorosamente em dia, os salários alusivos à situação funcional de estatutários que eles também constituem.

Onde é que estava ontem a voz do protesto do Deputado Ailton Cordeiro, quando os professores suplementaristas do passado viviam cronicamente a penúria de cinco a oito meses de atraso em cada aos seus vencimentos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: em pouco mais de dois anos de Governo Richa, a hora-aula que era paga ao professor em 1982, último ano de Governo pedessista, o era exatamente no valor de seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos, hoje está sendo paga a sete mil, seiscentos e quatorze cruzeiros, pelo atual Governo.

O Governo Richa, a partir da concessão do reajuste semestral e o décimo-terceiro salário aos servidores públicos do Estado, vem corrigindo também as injustiças historicamente perpetradas contra o professor do Paraná. E quanto às aulas extraordinárias, o atraso, vale lembrar, que muitas escolas até o presente momento, nem mesmo enviaram as propostas de contratação dos professores; situação esta que, na prática torna impossível uma remuneração pontualmente correta.

Esse fato ainda se prende em função das mudanças inevitáveis em cada início de ano letivo e a SEED estará promovendo, neste mês de maio, entretanto a remuneração a que fazem jus os professores que as ministram em termos de maioria.

O novo dia educacional do Paraná não mais admite dimensões de apadrinhamento nefasto, que eram patrocinadas as sabor do compadrio pedessista de outrora, quando os mestres humilhados acudiam aqui e acolá, atordoados, da escola aos diretórios do PDS; desses aos gabinetes dos Deputados em dimensão de verdadeira mendicância ao sabor de conveniências eleitoreiras dos então, "donos do ensino".

Principalmente, no alvorecer da democracia estampada na bandeira do PMDB o professor do Paraná, ao expor as suas reivindicações até hoje pode esquecer-se de que, ainda ontem, os seus justos reclamos tratados foram à base da guerra fria de interrogatórios especiais, hipocritamente, montados contra eles pelo serviço de segurança, por cordões de PMs munidos de cassetetes e outros artefatos de repressão, tudo isso em aparato agressivo, ladeado, inevitavelmente, por cães amestrados.

E, por estranha coincidência, nós professores em exercício na época, por mais que nos esforçássemos, não

conseguíamos divisar naquele quadro nem mesmo a presença de conforto daqueles que hoje ousam levantar a voz contra "picuinhas" que são ligeiros focos que ainda persistem num universo de descabros que o Governo do PDS legou ao Governo do PMDB.

Se, por um lado, existem benefícios que ainda precisam ser prodigalizados à laboriosa classe de professores do Paraná, vivas estão na memória dos educadores as marcas de um passado recente, e que resgatadas estão sendo por um novo conceito de educação, que o Paraná, há pouco mais de dois anos, começou a construir.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor

Presidente, Senhores Deputados.

Paralelamente às reformas políticas aprovadas ontem pelo Congresso, uma boa parte da população brasileira acompanhou com grande interesse, a presença do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles no Plenário da Câmara dos Deputados. Sua Excelência, o homem dotado, inegavelmente, de uma grande capacidade, um verdadeiro tecnocrata, que tem o seu valor e ninguém pode negar, dedicou algumas horas a mostrar o grande rombo no caixa do Governo Brasileiro e causou grande preocupação em vários setores. A colocação do ministro Dornelles de que para corrigir o furo de caixa, para poder pagar a dívida interna, há várias propostas sendo estudadas pelo seu ministério e uma delas é o aumento dos impostos que poderá proporcionar ao Governo Federal, mais seis trilhões de cruzeiros no seu caixa. Uma incoerência do Ministro: se o Governo está falido, simultaneamente o Congresso aprovava na madrugada de hoje, 900 bilhões de cruzeiros para socorrer o Sul Brasileiro e o Banco HABITASUL.

Se o Governo estava preocupado com a situação dos funcionários de ambos os bancos, poderia tê-los aproveitado nas Agências do Banco do Brasil e nas da Caixa Econômica Federal sem ter que dispendir do suado imposto pago pelo povo brasileiro, 900 bilhões de cruzeiros, numa causa que não tem o apoio da opinião pública brasileira.

É bom que o Senhor Dornelles, um grande especialista em cobrar impostos, o maior cobrador de impostos da história do Brasil, é bom que Sua Excelência saiba que o fardo carregado pelo povo brasileiro já está pesado demais. São tantos os impostos pagos pelo povo, inclusive o próprio assalariado que tem o imposto de renda descontado na fonte, o que é um verdadeiro crime, é um absurdo se cobrar imposto de renda até do assalariado, na fonte, diminuindo o leite, o pão, o alimento da família. É bom que o Senhor Ministro Dornelles saiba que ele não pode ficar trancado no gabinete; é bom ele

dialogar com os empresários, com a gente do povo, com os pais de família, para sentir que o povo não deseja que a Nova República venha a consertar os rombos do caixa do Governo, transferindo esse fardo para o lombo do povo brasileiro. O povo não terá como pagar.

Por isso, Senhor Presidente, nesta tarde, fica aqui a nossa preocupação e o nosso desejo de que o Ministro Dornelles tenha uma visão humanística do importante cargo que está desempenhando. Ele não pode trabalhar apenas com números, querer resolver o seu problema se esquecendo do problema de 130 milhões de brasileiros. porque o imposto no Brasil, certamente hoje, já é um dos mais altos do mundo. E, quando o povo saudou a chegada da Nova República, não a fez, desejando que viesse a Nova República acertar os problemas de dívida interna do nosso Brasil sacrificando e jogando, no desespero e na angústia, a família brasileira.

Era esta a nossa preocupação, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa; tendo declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Ausente. Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário. Com a palavra o senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O suplemento especial de domingo do "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa, traz uma ampla matéria sobre a situação em que se encontra a Escola Estadual 31 de março, ensino de 1.º grau naquela cidade, face à expectativa de matrículas para o próximo ano letivo.

A referida escola encontra-se localizada na Vila 31 de Março no bairro Uvaranas, e um conjunto residencial contendo cerca de mil casas, com uma população estimada em mais de 5 mil pessoas. Registra o referido jornal, que a capacidade real do estabelecimento que possui 12 salas de aula, é para servir até no máximo 700 alunos. Hoje, porém, esse número já excede as condições físicas, atingindo a casa de mil e duzentos alunos. O que obriga a Direção da escola a criar quatro períodos corridos de aula.

Até o presente momento nenhuma providência concreta foi adotada no sentido de ampliar aquelas instalações escolares, uma vez que destinadas, originariamente, para abrigar as quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, vem atendendo também, o funcionamento das quinta e sextas séries, criadas em janeiro de 1984 por Decreto do Governo do Estado do Paraná.

Agora, para o próximo ano, está previsto o funcionamento da sétima série, através de autorização competente lograda junto aos órgãos do Governo do Estado por objetivo o funcionamento desta série, justamente a implantação gradativa do curso completo de primeiro grau.

Porém isto virá definitivamente saturar a capacidade física instalada da Escola Estadual 31 de Março, esgotando portanto os recursos administrativos que dispõem aquela direção.

É bom salientar que além das crianças residentes no conjunto Residencial do mesmo nome, a Escola Estadual 31 de Março atende também às necessidades educacionais das crianças do núcleo Rio Verde e do Jardim Conceição, na cidade de Ponta Grossa, comunidades próximas e que se valem do estabelecimento para a formação e educação de suas crianças.

Segundo a Diretora do Estabelecimento, a falta de solução para o problema que ora trazemos nesta tribuna leva como única saída a redução do número de vagas diminuindo consideravelmente as matrículas por série, para o próximo ano letivo.

Diante dessa possibilidade de reduzir-se o número de turmas, implicando conseqüentemente na maior dificuldade para que as crianças residentes nos núcleos referidos possam alcançar as suas matrículas e dar continuidade aos seus estudos, junto à escola estadual em questão, muitas manifestações de preocupação vêm ocorrendo, quer de parte dos pais de alunos, e moradores em geral, das comunidades assistidas pela escola, quer de parte de professores, de funcionários junto ao estabelecimento e de pessoas líderes junto à sociedade Pontagrossense.

Para que se tenha uma idéia do estado de preocupação, vale lembrar que o Presidente da Associação de Pais e mestres confessa a sua apreensão, e alerta as autoridades educacionais, para o fato que as crianças em idade escolar, terão as suas chances de matrículas reduzidas na Escola Estadual 31 de Março.

E isto, uma vez ocorrendo, não poderão as mesmas, desde que não consigam efetivamente o seu lugar, no rol dos alunos matriculados, prosseguir os estudos em outros locais, pois não dispõem de recursos para o pagamento diário das despesas relativas ao deslocamento através de ônibus.

Já a Associação de Moradores da Vila 31 de março, manifestou-se por diversas vezes, no sentido de que a sua pretensão e a pretensão daquela comunidade residencial, e da própria cidade de Ponta Grossa, seja atendido pelos órgãos competentes do Governo do Estado. Mais uma vez estamos solicitando a essas autoridades educacionais do Estado

providências imediatas para ampliação das atuais instalações do estabelecimento.

Em que pese o espaço físico onde se encontra a Escola 31 de Março não possibilitar a edificação de salas em número suficiente para abrigar as suas reais necessidades, é bom salientar que esta pretensão da construção de quatro salas junto ao prédio original da escola, possibilitará sem dúvida nenhuma, o atendimento parcial dessas necessidades apontadas, enquanto se espera a solução definitiva para atender a demanda de matrícula ao estabelecimento e que deverá se acentuar ainda mais nos próximos anos, com a implantação em 1986, da 7.^a série, e em 1987 da 8.^a série, completando aí então o curso regular de 1.^o grau.

É preciso pois, evitar que a omissão ao caso provoque enormes danos à pretensão justa e desejável de centenas de famílias quanto a normalidade de estudos de suas crianças junto a Escola Estadual 31 de Março. Temos conhecimento que muitos apelos já foram encaminhados aos órgãos governamentais, quer de parte de lideranças comunitárias, quer de parte de autoridades educacionais da cidade e que têm responsabilidade regional, como Vereadores, como Deputados, no sentido de que esta justa pretensão venha a ser acolhida pelo Governo do Estado do Paraná dando ao assunto em questão um pronto atendimento.

Desta forma, também quero, neste momento, somar a minha fala ao apelo de tantos outros no sentido de que efetivamente seja satisfeita esta reivindicação da Escola Estadual "31 de Março" que, pela sua dimensão, pelo significado de sua expressão, com certeza é um apelo de todo o povo de Ponta Grossa.

Eu concedo, com enorme prazer, a palavra ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa- É uma satisfação ouvi-lo, e quero aproveitar a oportunidade para dar o meu integral apoio, salientando que há cerca de 40 ou 50 dias, esta Casa já aprovou o requerimento de minha autoria abordando, exatamente, o problema da Escola Estadual "31 de Março", e depois disso já mantivemos um contato com a Professora Gilda Poli, e algumas medidas estão sendo providenciadas para serem postas em execução ainda durante este ano. E ainda, recentemente, há questão de dez ou quinze dias atrás, recebi em meu gabinete algumas professoras daquela Escola que fazem uma reivindicação "sui generis": elas pedem também que se mude o nome da escola porque afinal elas não têm culpa de terem dado o nome à Escola de "31 de Março".

Obrigado.

O SR. ODENI MONGRUEL - Eu agradeço a informação que nos oferece o eminente

Deputado Edmar Luiz Costa. Aliás Deputado do Governo, Deputado da Situação junto à comunidade de Ponta Grossa, por certo preocupado também com os problemas que envolvem a Escola Estadual "31 de Março".

Mas, prosseguindo, gostaríamos de acentuar que essas dificuldades, que foram levantadas com o devido tempo, com a devida antecedência, devem da mesma forma receber as atenções do Governo do Estado do Paraná, que não podem, por isso, serem retardadas.

Na verdade o tempo urge, e a propósito desse somatório de pedidos, de apelos para que a referida pretensão seja satisfeita, nós fomos procurados pelo Presidente da Associação de Moradores do Núcleo "31 de Março", o qual nos pediu que fizéssemos coro com as demais autoridades políticas com influência no Município de Ponta Grossa, a fim de que o Governo do Estado do Paraná, através da administração do ensino, da Secretaria da Educação, através da FUNDEPAR, e já no que se refere a obras autorizadas na sua execução junto à Secretaria de Administração e à EMOPAR, no sentido de que seja acelerada a atenção a este estabelecimento de ensino.

Como me referi, a EMOPAR, através de seus técnicos, visitando o referido estabelecimento, alegaram que tornava impraticável a ampliação das condições originais da referida Escola. Mas é preciso que se atenda essa pretensão até porque a comunidade estudantil, com o crescimento do curso de 1.^o grau, com a implantação da 7.^a e 8.^a séries, verá as suas possibilidades de continuidades dos estudos consideravelmente muito reduzidas.

E é bom que se diga que essa Escola que leva o nome do Conjunto Residencial, e como citei, é composta de mais de mil casas com cerca de cinco mil pessoas não se esgota aí o seu atendimento. As demais comunidades já referidas estão realmente desejosas dessa atenção. E para tanto nós estamos apresentando a esta Casa um requerimento endereçado à FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, a fim de que esse apelo que fazemos em nome da Associação dos Moradores da Vila "31 de Março", da Escola Estadual "31 de Março" receba por parte do Governo do Estado a devida acolhida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Bancada do PMDB se fará uso da palavra.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor

Presidente, Senhores Deputados.

Há muita gente que está começando a manifestar a inquietação e até mesmo a evidenciar indícios de próximo desespero, face ao crescimento do Partido da Frente Liberal, o PFL, que surgiu num gavelamento da vida brasileira para ajudar a transição tranquila de um regime autoritário à plenitude democrática, além de por fim ao bipartidarismo, abrindo a oportunidade para que neste País tenhamos partidos decentes, com múltiplas lideranças.

Por tudo isso é que o PFL é o Partido que mais cresce no Brasil nos dias atuais. E cresce, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, porque está ajudando a construir a Nova República e vem dando uma contribuição decisiva para que esta Nova República tenha instituições fortes e duradouras, na plenitude democrática que abomina os radicalismos, quer sejam da esquerda incendiária, quer sejam da direita reacionária e intolerante. Somos liberais que propugnam pela unidade do Governo expressada em pluralidade partidária ampla e ponderável. E por assim sermos, o PFL é hoje a mais nova e melhor opção para todos aqueles que desejam ver o Brasil no caminho do desenvolvimento e do progresso, alcançados com concórdia e paz social.

Mas é preciso reconhecer que infelizmente há aqueles que começam a se desesperar diante das realizações do PFL, que está ajudando a construção da Nova República institucional e política brasileira.

Eleições diretas para Presidente da República; eleições diretas para Prefeitos das Capitais e dos ex-Municípios considerados áreas de segurança nacional; representação política para o Distrito Federal; novos prazos para desincompatibilização de Secretários de Estado e Diretores de empresas estatais, autarquias e economia mista que desejem disputar eleições; extensão dos votos aos analfabetos; novos prazos para domicílio eleitoral, criação de novos partidos; fim da fidelidade partidária, fim da sublegenda; acesso livre ao rádio e televisão para propaganda política; fim da Lei de Segurança e da Censura, são algumas medidas que postas em prática, como está sendo feito graças ao apoio da Frente Liberal, não permitem que continuem a pulular por aí, como até agora vinha acontecendo com os falsos democratas e demagogos que, enganando o eleitorado, conseguiram até alcançar alguma cadeira em Assembléias Legislativas.

Estes picaretas das aspirações populares começam a sentir que o campo de

suas atuações desonestas começa a ficar restrito e aperta-se o cerco a esses incompetentes.

Assim sendo, não há dragão dengoso que não fique furioso.

E foi isto que presenciámos na segunda-feira, dia 06 do corrente, quando um lixo político foi derrubado neste plenário, pois o seu autor, incompetente para reunir palavras construtivas, na realidade ocupou a tribuna para formar o maior entulho verborrágico que já se viu nos últimos tempos na Assembléia Legislativa do Paraná.

Com serenidade e tranqüilidade, que têm caracterizado os 23 anos de mandatos que exerço, refuto as críticas que nos foram dirigidas, inspirando-me nas palavras do Senhor.

Judas é a denominação dada a certo número de homens assim designados no Novo Testamento. Um deles foi o abominável traidor Judas Iscariotes. Outro foi também chamado de Judas Tadeu e fez a Cristo uma pergunta:

"O que houve, Senhor, que Te hás de manifestar a nós e não ao mundo?"

Prefiro dirigir-me ao Plenário do que ao autor das invectivas contra o PFL. O Tadeu de que nos fala a Bíblia, é considerado por alguns como autor da epístola de Judas que ao contrário do entulho verborrágico despejado neste Plenário, é uma epístola que "apesar de consistir de apenas uns poucos parágrafos, está entretanto, repleta de poderosas palavras dotadas de graça celestial". Ora, assim sendo, jamais poderiam ser proferidas por um dragão. E o que é pior: dragão furioso.

O Tadeu (Judas na Bíblia, havia planejado, preparar um tratado diferente, a respeito de "nossa comum salvação", quando se sentiu obrigado a considerar uma questão mais controvertida, em vigorosa defesa da fé apostólica. Essa defesa se fazia necessária por causa dos avanços alarmantes feitos por um gnosticismo incipiente no seio dos círculos aos quais Judas (Tadeu) se dirigia.

Felizmente, Senhor Presidente, os avanços do PFL nada têm de gnosticismo, mas estão causando alarmes como nos velhos tempos do Tadeu (Judas na Bíblia). E é bom recordar que, na epístola de Tadeu, ao contrário do entulho verborrágico, "não se ousa empregar linguagem insultuosa nem para o diabo".

Mas, é o próprio Tadeu (Judas na Bíblia), que nos diz que há pastores que alimentam a si mesmos e não ao rebanho; nuvens que tapam o sol, mas não deixam cair a chuva refrescante; e árvores que produzem frutos mortos, que são tão ineficazes como ondas bravias cuja ira se

desgasta em espuma.

Assim aconteceu com o entulho verborrágico.

Também pudera: o que se pode esperar de um dragão dengoso?

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel- Deputado Gilberto Carvalho, líder do partido mais simpático do Paraná.

Líder que dentro do contexto de político paranaense luta pelo bem-estar do povo e de sua terra. Embora há homens, Deputado Gilberto Carvalho, que não concordam com os nossos companheiros da Frente Liberal e nossos amigos íntimos do PDS.

Estes homens não concordam, porque eles são derrotistas. Vossa Excelência não devia perder tempo com um paranóico, que não quer outra coisa a não ser tumultuar, é como ladrão que diuturnamente apunhá-la pelas costas os seus assaltados. Então Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência como líder da Frente Liberal, do meu partido de hoje, não deve se preocupar porque "não se atira pedra em árvores que não dá fruto".

Este homem, deve ser desprezado pela Bancada do PDS e pela Bancada da Frente Liberal que surge num momento histórico.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço e a nossa missão é muito importante e devemos nos ocupar aos interesses do povo de nosso Estado e do Brasil.

Senhor Presidente, encerro as minhas palavras, para deixar o restante do horário da Liderança, ao nobre Deputado Augusto Carneiro e nobre Deputado Gabriel Manoel. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra, o Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O SR.AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Quero apenas registrar a presença de uma comitiva da minha cidade de Campo Mourão, na Capital do Estado, uma comitiva de todas as lideranças expressivas daquela cidade, composta por políticos de todas as agremiações e pelas entidades de classe, por clubes de serviço, por associações e até por membros e líderes religiosos, que vieram a Curitiba para fazer reivindicações ao Governo do Estado, porque Campo Mourão, como nós já temos denunciado desta tribuna em algumas oportunidades, tem sido esquecido pelos órgãos governamentais.

Campo Mourão, como centro de uma

região de grande produção e que tem contribuindo para a grandeza deste Estado de uma forma substancial, não tem recebido por parte do governo a recíproca.

Já em algumas oportunidades nós podemos aqui, trazer dados concretos de que Campo Mourão deu ao Governo peemedebista, uma expressiva vitória, que só com a composição da Câmara de Vereadores nós podemos traduzir, pois enquanto o PMDB tem oito vereadores eleitos, um outro partido tem apenas três, e mesmo assim, nos vinte municípios Campo Mourão é centro de região, apenas quatro Prefeitos são de outros partidos, enquanto dezesseis são do PMDB, e se com esta expressiva vitória do Governo nós esperávamos que Campo Mourão tivesse um atendimento também compatível com a expressão política que contribuiu para a vitória peemedebista. No entanto, temos ouvido e visto, com tristeza que, Campo Mourão tem sido desprestigiado de uma forma até impressionante, porque enquanto os recursos e obras do Estado têm sido destinados à outras regiões idênticas, Campo Mourão tem ficado ao léu da sorte, para viver com seus recursos próprios, e tem padecido e sofrido, porque o povo exige um atendimento melhor e nada disso tem acontecido.

E nós queríamos, também registrar de que há a possibilidade da construção de uma ponte, ligando o Estado do Paraná com Mato Grosso, e essa reivindicação já tem dois grupos políticos e duas expressões reivindicando para os seus interesses...

O Sr. Nelson Vasconcellos- Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Eu darei o aparte a Vossa Excelência, oportunamente.

E, Campo Mourão, reunido com o Município de Umuarama, com toda aquela região do Oeste, Noroeste e Centro-Oeste, que Campo Mourão pertence, está reivindicando para que esta ponte possa ser construída na região que liga Mato Grosso a esta vasta região paranaense, porque entendemos, e temos ciência de que os dados técnicos dizem, de que esta ponte deve ser construída nesta região que eu me refiro. Sabemos de que existe em Paranavaí, com auxílio e ajuda de Maringá, uma reivindicação para que esta ponte seja construída já na divisa do Estado de São Paulo, aonde existe uma ponte e, conseqüentemente, já não se faz de grande importância a construção de mais uma. Por isto eu registro, nesta oportunidade, de que as forças políticas de Campo Mourão, de Cruzeiro do Oeste, de Umuarama estão todas imanadas nesta reivindicação que nós tornaremos em escrito, em

requerimento que devemos apresentar, reivindicando ao Ministério dos Transportes, ao Governo do Paraná e à Secretaria dos Transportes, para que seja atendida a reivindicação de toda esta região, porque nós temos certeza de que não será apenas do interesse nosso. Será do interesse do Paraná ser feita a ponte aonde tecnicamente está prevista.

Tem o aparte o nobre Deputado Nelson Vasconcellos.

O Sr. Nelson Vasconcellos- Deputado

Augusto Carneiro, iniciamos agradecendo a concessão deste aparte, mas queremos somar o nosso apoio da micro-região de Umuarama na reivindicação da ponte do Rio Paraná, e da conclusão da Estrada Boiadeira. Esta estrada histórica que levou a colonização do Sul do Estado ao Oeste paranaense, no tempo do Governador Afonso Camargo, e que em sua homenagem, aquele porto na barranca do Rio Paraná, levou o nome Porto Camargo.

Queremos dizer ao nobre Deputado e a esta Casa, que desde o início do nosso mandato, nós temos lutado pela concretização desta ponte e da Estrada Boiadeira, tanto que, esta Casa, logo após assumir o Doutor Affonso Alves de Camargo, Ministro dos Transportes, teve oportunidade de aprovar, por unanimidade, um requerimento deste Deputado, que reivindica não só a ponte sobre o Rio Paraná, nas imediações de Porto Camargo e Porto Figueira, por ser tecnicamente a posição da melhor localização desta Ponte, para fazer a integração sócio-econômica do leste do Mato Grosso do Sul com o Oeste do Paraná, concluindo com a construção da Boiadeira, passando por Umuarama, Campo Mourão, Manoel Ribas, Ponta Grossa e Porto de Paranaguá.

Entendemos que esta ligação entre Dourados e Naviraí, com o Oeste Paranaense e o Porto de Paranaguá, será um corredor de exportação de real importância econômica para nosso Estado, para a nossa região, porque esta estrada servirá a mais de dois milhões e duzentos mil paranaenses que ali produzem e ali trabalham.

Quero parabenizá-lo pelo seu apoio e também registrar aqui o apoio que tem dado o nobre Deputado Rubens Bueno, a nobre Deputada Amélia Hruschka, por esta reivindicação, tão justa, que há muitos anos está programada pelo Governo Federal, mas que, infelizmente, até hoje não foi atendida.

Mas, hoje, temos a certeza que será uma realidade, porque lá no Ministério dos Transportes está um paranaense, Affonso Alves de Camargo, que conhece muito bem o Paraná, e a necessidade dessa estrada meridional, que ligará o Oeste do Paraná

ao Porto de Paranaguá, com a redenção econômica de todo o setentrião paranaense.

Agradeço o aparte e o parabenizo pelo seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO- Eu é que agradeço a

Vossa Excelência pelo aparte que enriqueceu esta reivindicação que fazemos desta tribuna e acrescentamos mais, dizendo que essa Estrada Boiadeira, reivindicada como disse Vossa Excelência, com conhecimento de causa, é uma velha, mas muito velha aspiração de toda esta região e do Estado do Paraná, que foi aberta ainda quando a região não era habitada. A Estrada Boiadeira foi aberta ligando o Estado do Mato Grosso com o Porto de Paranaguá. E esta estrada, posteriormente, teve um trabalho de incentivo para uma concretização aonde o próprio Governo Federal, por determinada ocasião, há 10 anos atrás, colocou no seu Plano de Prioridade, a construção da Rodovia Pontal do Tigre, que era o mesmo trajeto da Boiadeira, e que, lamentavelmente, a região ficou mais uma vez em promessas. E, agora, nesta oportunidade, que temos à frente do Ministério dos Transportes um paranaense, conhecedor profundo desta região, e ligado até pelo nome ao Porto Camargo, nós esperamos que esta velha aspiração de toda esta região produtora do Paraná, seja definitivamente atendida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial para Lei Orgânica dos Municípios. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão de Direitos Humanos. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados

que irão compor a Comissão Especial para Elaboração da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 168/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental nº 142/84, que objetiva reformular a Estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Com PARECERES DA C.C.J., C.F. e C.R.H., FAVORÁVEIS AO SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela C.C.J. e com EMENDA da C.R.H., por unanimidade. (ANEXO: Mensagem nº 56/85, de 11/03/85, do Excelentíssimo Senhor Governador, com a Mensagem Aditiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 168/84, reiterando a apreciação da matéria). **COM EMENDAS DE PLENÁRIO.**

Emenda do Senhor Governador do Estado.

Aprovada.

Emenda do Senhor Deputado Caíto Quintana.

Aprovada.

Emenda do Senhor Deputado Caíto Quintana.

Aprovada.

Emenda do Senhor Deputado Caíto Quintana.

Aprovado.

Emenda do Senhor Deputado Caíto Quintana de nº 5. **Aprovada.**

Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J.

Aprovado.

A Mesa ressalva que toda a matéria foi aprovada por unanimidade.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 333/84, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA, que declara de utilidade pública a Entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 39/85, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI E OUTROS, que denomina PRESIDENTE TANCREDO NEVES o prédio em construção que servirá aos Gabinetes dos Senhores Deputados. Sem PARECER. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 247/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública o CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA 12 DE OUTUBRO, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

A Mesa comunica que se for interrompida a votação, fará desconto dos Senhores Deputados faltosos.

35 Senhores Deputados responderam a chamada.

Há quorum para votação e deliberação.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 286/84, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA, que revoga o Art. 1.º da Lei n.º 7.787, de 21/12/83, que concedeu o prazo de 60 dias aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado para que protocolizassem pedido de aposentadoria, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 286/84, de sua autoria, da Ordem do Dia pelo prazo de 05 (cinco) sessões.

— **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 286/84 por 05 (cinco) sessões.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 09/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 54/85), que objetiva acrescentar ao Art. 3.º da Lei n.º 6.364, de 29/12/72, o Parágrafo 11, conforme especifica.

(Para efeitos do disposto no Inciso V, deste Artigo, quando o valor tributável esteja expresso em Moeda Estrangeira, far-se-á sua conversão em Moeda Nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 59/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que concede o TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ À SENHORA RISOLETA TOLENTINO NEVES. Sem PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aniz Abud, ocorrido no dia 7 de maio do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 58/85 (Mens. Governamental n.º 88/85), objetivando fixar normas legais pertinentes a isenção tributária e outras vantagens fiscais às Microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias — ICM. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 57/85, que dá nova denominação ao Município de São José. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a inclusão dos distritos administrativos de Santo Izidoro, Barra Bonita e Alto Alegre, no Município de Três Barras do Paraná, no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada “Curriculum Vitae”, publicada no Jornal do Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do Banco do Brasil, encarecendo a criação de uma agência do mesmo no Município de Diamante do Norte. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento asfáltico da estrada que interliga o Município de Paranavaí e Planaltina do Paraná, bem como do percurso que interliga os Municípios de Loanda a Porto Rico. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja levado à categoria de Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Iracema, Município de Formosa do Oeste. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, com voto de congratulações pela indicação do Eng.º Agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado para a Presidência da EMBRAPA. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a execução de obras de esgoto sanitário no

Município de Goioerê. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre quantos aviões foram comprados pelo atual governo estadual e o preço de cada um. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silveiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo informações de qual o montante da dívida externa do Paraná quando assumiu a atual administração considerando-se verbas já recebidas de contratos de empréstimos internacionais, quer pela administração direta, quer por empresas públicas.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Eng.^o Gilberto Garbi, pelo êxito do trabalho que vem desenvolvendo no exercício da presidência da TELEPAR.

— Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reconstrução de 2 (duas) salas de aulas no Bairro da Vila Coelho, Município de Sabaúdia. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Devo confessar a essa Presidência que das duas últimas aprovações esta Plenária não tem conhecimento do que foi aprovado. Nós gostaríamos de ter conhecimento pelo menos.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Vossa Excelência deveria ter prestado atenção na leitura da Hora do Expediente. Mas quando Vossa Excelência quiser saber da matéria novamente, Vossa Excelência deverá proceder a requerimento para que a Mesa possa mandar proceder a leitura.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Requeiro verbalmente a leitura dessas matérias aprovadas. As duas últimas, Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Na próxima sessão, Deputado, porque a matéria já é matéria, vencida.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor Presidente, da minha parte, devo registrar nos Anais da Assembléia, o meu lamento para contra esta Presidência que aprova coisas sem ler devidamente para o conhecimento da Plenária.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa vai registrar o seu lamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Senhor Presidente, o que nos causa espécie é a declaração do Deputado, lúcido, até prova em contrário, quando ele nos chama de incompetentes . . .

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Não procede a questão de ordem. E matéria vencida.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS:

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa anuncia a presença nesta Casa do Ministro Paulo Lustosa, Ministro da Desburocratização.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Presentes nesta Casa, lideranças políticas, lideranças da comunidade de Campo Mourão e da região, trazendo a Curitiba e aos órgãos do Estado, reivindicações daquele município e da região, somando ainda às regiões de Umuarama e de Cruzeiro do Oeste, tentando a viabilização das reivindicações daquelas regiões. (Lê):

“Talvez um dos mais sérios problemas que têm-se posto aos Governos Estaduais, seja a deficiência, e em alguns casos a inexistência, de boas vias de comunicação terrestre, ou outras, que lhes facilitem o escoamento da produção. Mormente, no caso do Paraná, a situação toma contornos mais inquietantes, pois na qualidade de Estado altamente produtor, em que há a necessidade do transporte da produção até aos pontos de comercialização ou de exportação, a falta dessas vias prejudica extremamente a arrecadação; afinal, não obstante as tentativas de reverter o quadro a favor da industrialização, ainda, somos um Estado agrícola, nossa economia encontra-se solidamente embasada no trabalho da população rural, e a importância desses meios, que proporcionam uma rápida comercialização, é absoluta.

Infelizmente, devido à desatenção das autoridades competentes, justamente a população campestre, aquela que mais vinha contribuindo, passou a arcar diretamente com o evidente desestímulo para as duas atividades. Lutando contra a expansão dos grandes latifúndios, contra a crescente mecanização, contra a redução dos subsídios para a comercialização e também contra a inexistência ou as precárias condições de transporte para as suas produções, a área rural passou a expulsar grandes contingentes populacionais.

No que diz respeito à questão de deficiência de meios de transporte, intimamente ligada ao problema mundial da escassez de combustíveis e constantes aumentos do valor do barril de petróleo, o Brasil na qualidade de importador deste produto, prejudicou em parte sua expressiva produção agrícola, muito embora na década de 50, com a instalação da Indústria Automobilística tivesse o Governo se preocupado com a implantação de extensa malha viária. O Paraná acompanhou aquela tendência, tendo hoje aproximadamente 12 mil Km de rodovias pavimentadas, além de quase 110 mil Km de estradas em revestimento primário ou natural.

Convém aqui lembrar o binômio racionalização e economicidade levantado pelo atual Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, numa filosofia de trabalho destinada a atenuar o problema energético na economia do Paraná, através de implantação de vias adequadas ao transporte dos produtos agrícolas.

mediante trajetos mais racionais. Temos consciência de que tanto a construção de novas estradas, assim como a conservação da malha viária existente, é uma atividade que onera extremamente os cofres estaduais; é do nosso conhecimento, também, o esforço que a Secretaria vem desenvolvendo para implantar formas alternativas de escoamento da produção agrícola, como é o caso das hidrovias mediante o aproveitamento natural do Rio Ivaí, e da Ferrovia da Integração, ambos os empreendimentos já em adiantada fase de estudos; porém, tendo em vista a opção pelo rodoviarismo, assumida há várias décadas atrás, torna-se imprescindível a manutenção destas estradas, primordialmente daquelas que pelo seu traçado contribuem de forma decisiva para a economia do Estado.

Um dado importante a acrescentar aqui, é que inversamente contrário à situação de outros Estados em que a tradição agrícola não é tão arraigada, o Paraná, do total de sua malha viária, possui apenas 20 por cento de estradas federais e 80 por cento de estradas estaduais: ou seja, o Estado vem arcando sozinho com a construção e conservação da quase totalidade de vias terrestres existentes no nosso território. Daí a desmedida importância estratégica do atual Ministro dos Transportes, Senador Affonso Camargo, homem ilustre do nosso Estado e companheiro de partido, o qual teria condições de reverter este quadro, além de destinar recursos à recuperação das estradas federais existentes no Paraná, tendo em vista a conjuntura antes demonstrada. Este é o momento pelo qual a gente paranaense ansiava há longos anos, com o fito de a médio prazo ver o Estado sendo atendido em todos os seus recantos com boas estradas que lhes patrocine o tão esperado desenvolvimento. Affonso Camargo não decepcionará o Paraná, modificando a atual situação, injusta, para uma terra onde se produz mais de 25 por cento de tudo o que o País necessita para o seu consumo.

O cerne deste pronunciamento é endereçado especialmente à região de Campo Mourão, a qual tenho a honra de representar nesta Casa; efetivamente, além de ser um dos maiores entroncamentos rodoviários do Sul do País, em Campo Mourão está sediada a maior cooperativa agropecuária do Brasil, o que bem representa a pujança e o constante progresso de toda a região. A produção agrícola daquela região, extremamente variada, destacando-se principalmente as produções de trigo, milho, soja, algodão e feijão, bem demonstram a força da sua agricultura, integrando a produtividade da agricultura paranaense, que é superior às médias nacionais; força esta sempre reconhecida pelo Governador José Richa profundo conhecedor da realidade paranaense e lutador incansável das causas da gente que trabalha na terra. E o melhor exemplo destas afirmações é que há alguns meses atrás dedicou a esta região duas das cinco unidades de fiação de algodão autorizadas para o Estado, o que bem representa sua atenção com relação à extraordinária produção algodoeira daquela região e a necessidade de industrializar este produto, segurando aqui a riqueza que sempre foi levada para outros Estados da Federação.

Portanto, é imprescindível que uma região como esta de Campo Mourão, centro comercializador e até industrializador dessa produção, como vimos, esteja bem servida de uma malha viária condizente com suas possibilidades. E neste

particular não obstante as diversas vias existentes, cabe uma ressalva: a necessidade urgente do asfaltamento da BR-487, no trecho Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste, tendo em vista o grande contingente de população rural existente às margens daquela rodovia, no citado trecho de 73 Km. Aquela rodovia, que se encontra ainda no seu leito natural, além de atravessar uma região altamente produtora, faz parte de um eixo de transporte na forma de uma grande diagonal ao território do Estado, interligando as margens do Rio Paraná, em Pontal do Tigre, até ao Porto de Paranaguá, eixo este viabilizado após um estudo levado a efeito pelo DNER.

O referido eixo de transporte, posteriormente denominado "Corredor do Setentrão" devido ao seu sentido de exportação, tem seu início em Icaraíma com a BR - 487, passa por Cruzeiro do Oeste, Tuneiras do Oeste, Campo Mourão, Iretama indo até à localidade de Bela Vista, onde se interliga com a PR - 460; esta, por sua vez, passa por Pitanga e vai até a cidade de Guarapuava; de Guarapuava, através da BR - 277, passando por Curitiba.

desloca-se o referido Corredor de Exportação até o Porto de Paranaguá. Aliás, cabe aqui a ressalva de que, na realidade, tal Corredor de Exportação terá seu início no Mato Grosso do Sul, já que, de acordo com as palavras do Deputado e Secretário dos Transportes, Dr. Linneu Schwartz, está em estudo uma ponte que interligará Icaraíma no Paraná, com Naviraí sobre a Integração Sócio-Econômica da Bacia do Médio Paraná, realizado em Londrina nos dias 18 e 19 de abril próximo passado, deram bem a noção do destaque que o setor rodoviário está recebendo deste Governo, destaque que é absolutamente necessário no nosso Estado, indiscutivelmente uma potência agrícola.

Com esta reivindicação do asfaltamento do trecho compreendido entre Cruzeiro do Oeste e Campo Mourão, fica plenamente justificada se, ao analisarmos o traçado deste corredor, compreendermos que devido ao fato de se encontrar ainda no leito natural, estaremos praticamente cortando uma área de influência de 34.689 Km², com uma população estimada em 2.200.000 habitantes, bem como uma produção agrícola de 3.400.000 toneladas, composta principalmente de soja, milho, trigo, algodão, amendoim, café, mamona e mandioca. Este trecho, carinhosamente denominado pela população de Estrada Boiadeira em decorrência de por ali passarem os primitivos pioneiros, conduzindo suas manadas de bois provenientes do Mato Grosso, de acordo com a classificação funcional do DNER (1978) é uma Arterial Primária; portanto, com a pavimentação do mesmo, possibilitar-se-á o ingresso mais eficiente do crescente volume de cargas previstas para os próximos anos.

Do ponto de vista prático, esta obra entre outros benefícios desafogará o grande volume de tráfego que circula atualmente pela PR - 323 (trecho Cruzeiro do Oeste - Maringá) e que prossegue pela BR - 376 com destino ao litoral, no trecho Maringá - Apucarana - Ponta Grossa. Além disto, constatou-se a inexistência de alternativa ferroviária, que viesse possibilitar o escoamento de toda a produção agrícola daquela fértil região.

Deste modo, espero ter despertado as autoridades do setor para este trecho de 73 Km, de vital importância

para a implantação deste corredor de exportação.

A Rodovia federal 487, Campo Mourão - Cruzeiro do Oeste, necessita da especial atenção por parte dos órgãos competentes, para que se vejam concretizadas as aspirações da população que naquela região vive e produz, concretizando-se deste modo também os objetivos econômicos em favor do Paraná, decorrentes do bom escoamento da produção agrícola.

Comunico aos prezados Pares que estou encaminhando cópia deste pronunciamento ao Secretário de Estado dos Transportes, ao Ministro dos Transportes e à Sua Excelência o Governador José Ruggia.

O Sr. Nelson Vasconcellos -- Vossa Excelência me concede um aparte?

A nossa intervenção neste pronunciamento seu, é de real importância para as microrregiões de Campo do Mourão e Umuarama. E a luta sua, a luta minha, a luta das lideranças de Campo do Mourão, é a luta das lideranças da microrregião de Umuarama.

Desde o início do nosso mandato, juntamente com o nobre Deputado e essas lideranças, estivemos no Palácio reivindicando não só a ponte sobre o Rio Paraná que ligará o Leste do Sul do Mato Grosso do Sul ao Oeste do Paraná, fazendo a integração sócio-econômica de duas regiões muito importantes. Mas, sobretudo, a continuação e a conclusão da Estrada Boiadeira, essa estrada histórica que foi a responsável pela integração do Sul do Paraná com o Oeste do Paraná. Construída e arquitetada no tempo do Governador Affonso de Camargo e, cujo Porto Camargo, em sua homenagem leva o seu nome. E uma ponte sobre o rio Paraná localizada nas imediações de Porto Camargo, tecnicamente já comprovada como a ideal, e seguindo pela estrada Boiadeira que vai constituir um grande corredor de exportação, não só para o setentrião do Paranaense mas como ao Porto de Paranaguá, a este Porto que nós tanto temos procurado reivindicar para o seu engrandecimento e para o seu desenvolvimento.

Essa estrada nobre Deputado, já há mais de 30 anos ela vem sendo projetada e prometida ao povo do Paraná pelo Governo da União, e até hoje tem ficado em promessas.

Mas, temos a certeza hoje, nobre Deputado, com o paranaense Ministro Affonso de Camargo, Ministro dos Transportes, este sonho, esta reivindicação, esta necessidade, desta integração do Oeste do Paraná com o Mato Grosso do Sul e com a continuidade até o Porto de Paranaguá: será uma realidade. Porque temos a certeza que, o Ministro Affonso Alves de Camargo, conhecedor deste Estado, estará sensível às reivindicações de mais de dois milhões e duzentos mil paranaenses que ali neste trajeto desta estrada, trabalham e produzem e fazem a grandeza deste Estado.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e em nome da microrregião de Umuarama, onde congrega 24 municípios, estaremos juntos nesta luta para que esta reivindicação seja efetivamente concretizada para o desenvolvimento não só da nossa região, mas do Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte e meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. RUBENS BUENO -- Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Nelson Vasconcellos,

e é de justiça declarar aqui o apoio que Vossa Excelência vem dando à luta pelo asfaltamento da estrada Boiadeira no trecho Campo Mourão - Cruzeiro do Oeste, numa extensão de 73 Km.

Alias, Vossa Excelência fez parte daquele trabalho que ainda em 1983, em audiência com o Governador do Estado, juntamente com as lideranças de Campo Mourão, Araruna, Tuneiras do Oeste e Cruzeiro do Oeste, foi possível num primeiro contato levar ao Governo do Estado, levar às autoridades do Governo Estadual e tentar sensibilizá-los exatamente para esse trecho de asfalto, mesmo porque se trata de um trecho que faz parte do corredor de exportação do Setentrião, portanto o centro do Estado do Paraná estaria devidamente asfaltado e seria o caminho mais curto para que o Estado do Mato Grosso do Sul não só escoar a sua produção, como também utilizar-se do mercado do Estado do Paraná.

O Sr. Augusto Carneiro -- Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Eu solicito um aparte nobre Deputado, para dizer de que enquanto Vossa Excelência acompanhava a comitiva que veio representando a comitiva apolítica e integrada por todas as forças vivas do município de Campo Mourão, eu ocupei a tribuna no horário da Liderança do meu partido, para fazer, mesmo de improviso esse registro nesta Casa, das reivindicações feitas por Campo Mourão e que agora Vossa Excelência da tribuna transmite com autenticidade e com conhecimento de causa e com dados concretos das reivindicações que a nossa região está buscando nos canais competentes.

E, me parabanizo com Vossa Excelência pelos dados que traz, pela justificativa que faz, porque verdadeiramente a região de Campo Mourão, Umuarama, a região Centro-Oeste, Oeste e Noroeste do Estado que abrange toda a região que será sem dúvida beneficiada por esta obra que reivindicamos, é uma das regiões que mais contribui com produção agrícola para o Estado, que é o forte do Estado do Paraná. Por isso, está de parabéns Vossa Excelência pelo pronunciamento, e espero que, através de todo esse trabalho desta caravana de Campo Mourão está fazendo, reivindicando o que lhe é de direito, possa ser atendido essa velha aspiração e esse velho anseio do povo da região que nós representamos. Muito obrigado.

O Sr. Nelson Buffara -- Concede-me um aparte Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO -- Em seguida responderei ao Deputado Augusto Carneiro e concedo o aparte ao Deputado Nelson Nelson Buffara com muito prazer.

O Sr. Nelson Buffara -- Deputado, eu vejo com muita satisfação, Deputado Rubens Bueno, o trabalho, o empenho de Vossa Excelência, do Deputado Nelson Vasconcellos e de outros Deputados desta Casa que, com grande entusiasmo, querem carregar o máximo de mercadorias para o Porto de Paranaguá. Sabe Vossa Excelência que eu represento aquela cidade há vinte anos nesta casa, e fico profundamente gratificado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando querem, através da BR - 277, do Corredor de Exportação, levar

o máximo a Parangará, e Parangará está preparada, com o seu superporto, com um porto altamente sofisticado, com mais 350 metros já autorizados, um prolongamento com uma extensão de mais de 350 metros de cais acostável, e é o maior porto exportador de grãos do Brasil, em condições excelentes e sobejas de exportar tudo o que esse grande Paraná produz.

A minha grande preocupação nesse momento é fazer com que os Senhores Deputados, que compõem as mais variadas regiões do Estado, se concientizem que Parangará tem um Porto altamente sofisticado capaz de exportar tudo que essa grande parcela do Estado produz. Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Respondendo inicialmente ao aparte do Deputado Augusto Carneiro, nós também reconhecemos o seu empenho e a sua luta, não só de agora, como dos outros anos anteriores como Deputado da região, não só em defesa dessa luta momentânea, como de outras que aconteceram e que Vossa Excelência foi o portador da Região nesta Casa.

Deputado, Nelson Buffara, nós agradecemos o aparte de Vossa Excelência, lembrando que o Porto de Parangará exatamente é o que o Paraná deve fazer jus ao nosso maior Porto, o maior Porto, o maior Porto exportador de grãos do País e do mundo. Portanto, nós só temos a dizer que exatamente a Bacia do Médio Paraná, incluindo Mato Grosso do Sul, Paraguai e até a Argentina, possa realmente trazer o escoamento da sua produção para o Estado do Paraná, via Porto de Parangará, e levar daqui os produtos industrializados do nosso Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa comunica à Casa a presença do Deputado Paulo Lustosa, Ministro da Desburocratização, acompanhado pelo Desembargador Alceu Conceição Machado, ex-Presidente do Tribunal de Justiça.

Antes de passar a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho para saudar em nome do PFL o ilustre visitante, a Mesa informa que o Ministro é um dos primeiros Deputados a apoiar publicamente a candidatura do Vice-Presidente Aureliano Chaves à sucessão do General Figueiredo. Foi um pioneiro na Frente Liberal, onde ingressou antes do próprio Governador do Ceará, Gonzaga da Motta e do Vice-Governador Aduelmo Bezerra.

Participante ativo das negociações que culminaram na dissidência do PDS que deu origem ao PFL, Lustosa sempre teve sua atuação parlamentar marcada pela independência em relação às lideranças partidárias.

Secretário de Planejamento de seu Estado até 1978 ele se elegeu Deputado Federal e agora está em sua segunda Legislatura. Nestes oito anos foi ativo no plenário e comissões técnicas da Câmara. Foi um dos fundadores do bloco do Nordeste, um grupo parlamentar composto de todos os partidos, formado para exigir do Governo Federal um tratamento especial para a região nordestina. Apresentou ao longo de seus dois mandatos vários projetos sobre a Reforma Tributária, visando não apenas alterar a denominação, e os valores dos impostos cobrados pela União, Estados

e Municípios, como também melhor aquilhoar os Estados consumidores como o Ceará.

Economista e Professor, com curso de Mestrado em Economia na Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos, ele é Técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste. Foi Presidente do Conselho Diretor do Polonordeste no Ceará e Professor da Universidade Federal no mesmo Estado. Integrou, na Câmara, a CPI que investigou as causas das elevadas taxas de juros nos diversos setores do sistema financeiro nacional.

Com a palavra o nobre Deputado Gilberto Carvalho para saudar o ilustre visitante.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor, Senhoras e Senhores Deputados, meu prezado Ministro Paulo Lustosa.

É grande a nossa satisfação ao recebê-lo hoje neste Parlamento. Nesta semana esta Assembléia está enriquecida com o prestigiamento e a participação, no início da semana do Presidente da Caixa Econômica. Marcos Freire; ontem do Ministro Waldir Pires e hoje, do meu caro companheiro na Frente Liberal, Deputado Paulo Lustosa, a Aliança Democrática tem uma grande missão a cumprir e nós vamos cumpri-la dando a contribuição para o desenvolvimento, para o progresso e para a paz social. E Vossa Excelência um dos componentes da Aliança Democrática está habilitado a dar a sua grande contribuição para a Nova República.

Contribuição, porque Vossa Excelência como ontem eu disse e repito agora, que o mandato popular é o grande teste, é o melhor estágio para o homem que vai ocupar um cargo na administração pública.

E Vossa Excelência que começou através do voto popular conhece muito bem os reclamos do povo. E permita-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu leve ao conhecimento desta Casa de que Vossa Excelência deu demonstração já na primeira reunião ministerial em que apresentou um roteiro de disposição naquela reunião das diretrizes do programa nacional de desburocratização. E que Vossa Excelência apresenta o PROJETO-CIDADÃO, a política nacional de defesa do consumidor com apoio à microempresas, à descentralização e municipalização; à desestatização e a regulamentação da economia.

Mas, quero afirmar, Senhor Ministro que, nesta centralização e municipalização, Vossa Excelência já diz tudo, o que é o PROJETO-CIDADÃO, porque, quando nós temos o município autônomo em condições de administrar sua própria Casa e o Estado mais independente, estamos contribuindo para a sociedade. Porque, cada povo sabe do que precisa e o administrador do município sabe as suas prioridades. Nós não podemos concordar com o que era feito nos gabinetes.

Quando chegávamos em Brasília para pleitear recursos para a pavimentação de uma rua, diziam: Não, eu tenho recurso aqui é para uma cancha de esporte. E nós tínhamos que pegar aquele dinheiro para cancha de esporte e não se fazia a pavimentação.

Agora, a classe política vem conversar, vem ouvir o povo e fazer a aplicação de acordo com as suas

necessidades.

E eu cumprimento e digo da nossa satisfação de recebê-lo aqui hoje, porque sei que Vossa Excelência percorrerá também os demais Estados, não num passeio mas, numa visita de trabalho para levar subsídios para esta grande missão que todos nós temos nesta Nova República de contribuir e dizer que a classe política e o poder civil tem condições de administrar este País.

Mas, encerrando as minhas palavras, quero cumprimentar também a presença hoje, nesta casa, do nosso Desembargador Alceu Conceição Machado, Ex-Presidente do Tribunal de Justiça que nos honra aqui com a sua presença.

Meu caro Ministro, felicidades nesta missão e conte com o apoio da classe política, porque nós temos obrigação de dar integral apoio para que a classe política possa demonstrar a este País que tem capacidade de administrar e de colocar o Brasil na posição que ele merece de destaque na posição que tem direito.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A seguir, concedo a palavra ao nobre Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela Liderança do PMDB falará o Vice-Líder, Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Ministro da Desburocratização, Deputado Federal Paulo Lustosa.

A Bancada do PMDB nesta Casa, como de resto todo o povo do Estado do Paraná, sentem-se honrados com a sua presença em nosso Estado.

Os ares da Nova República que com satisfação tivemos oportunidade de respirar ainda nesta madrugada no Congresso Nacional, quando numa data, que eu considero, marcará época na nossa História do Brasil, quando de maneira independente e democrática tomou decisões da mais alta importância e do mais alto significado para este nosso País, aprovando o chamado Emendão, onde a Aliança Democrática, através do nosso Presidente José Sarney cumpre na primeira oportunidade que tem,

um dos mais altos compromissos assumidos por este País que é o de restabelecer a eleição direta para Presidente da República. Sentimos, no Congresso Nacional e nos congressistas, a maturidade que hoje tem a classe política, sem se deixar levar por pressões, sem se deixar levar pela tutela do Poder Executivo ou do Poder Militar; toma decisões, do mais alto significado, repito, e que certamente definirá o futuro desta nossa Nação!

Estes ares que respiramos, com satisfação, em Brasília, ainda nesta madrugada, também chegaram aqui no Estado do Paraná e particularmente nesta Assembléia Legislativa, ainda esta semana, tivemos o orgulho e a satisfação de receber o Senador, por Pernambuco e hoje Diretor-Presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, homem, que como Vossa Excelência

está fazendo com que a classe política volte a ocupar o lugar que ela realmente merece nesta Nação. Para nós, políticos, com mandato eletivo, nós nos sentimos realmente orgulhosos por percebermos que um político, como nós, assume tão importante Ministério, e temos a certeza de que Vossa Excelência administrará politicamente este Ministério que está sob sua responsabilidade.

Politicamente, no bom sentido, tenho certeza, também, Senhor Ministro, como pude perceber, ainda hoje quando nos conhecemos pessoalmente, na viagem que fizemos de São Paulo a Curitiba, muito contribuirá para com o Estado do Paraná.

Conhecemos, embora superficialmente, suas pretensões e seu desejo de ajudar a microempresa, de todo este nosso Brasil.

E nesse momento oportuno, que temos para apreciar nesta Casa Legislativa a Mensagem do Senhor Governador, que trata de benefícios da microempresa, Vossa Excelência, com o seu conhecimento, com os seus argumentos, enriquecerá enormemente, dará muita contribuição para fazermos este projeto, o que aquilo que se propôs, realmente ao Poder Central deste País.

Temos certeza, também, Senhor Ministro, que a sua passagem pelo Estado do Paraná será marcada pelos benefícios que certamente Vossa Excelência está trazendo ao nosso povo e a nossa gente!

Portanto, Senhor Ministro, nesta hora, em que contamos com a sua presença, nos cabe, mesmo que rapidamente e singelamente rendermos os nossos agradecimentos e solicitar-lhe para que volte novamente para este nosso Estado.

Antes de encerrar, gostaria de passar a palavra ao nobre companheiro Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Agradeço este seu aparte, mesmo porque o ilustre Ministro Paulo Lustosa, amigo já de muitos anos, amigo de família e exemplar pai de família, Parlamentar dos mais coerentes e sérios que eu vi no Congresso Nacional, mesmo estando em partido oposto ao nosso, na ocasião, mas, mesmo assim, em momento algum, deixou que a sua pessoa, como Parlamentar brilhante, como ex-Secretário do Planejamento do Estado do Ceará, realmente foi daqueles Parlamentares que mostrou, naquele período mais difícil que ainda vivíamos, no período do obscurantismo, mostrou que mesmo estando no Governo de então, a sua firmeza e virilidade como Parlamentar, é por isto que, neste momento, quando a Assembléia do Paraná homenageia este ilustre Ministro, e ele preocupado, desde o início com o programa de defesa do consumidor, exatamente as causas populares que este País precisa voltar a debater e a agir. E é por isso, que neste momento, me associo à Assembléia muito mais importante para a Assembléia do Paraná e para o País ter um Ministro do quilate do Deputado Paulo Lustosa.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Rubens Bueno,

e gostaríamos de dizer ao nobre Ministro que a Bancada do Paraná se sente também comprometida e responsável para levar a bom termo este programa que a Aliança Democrática assumiu perante a Nação e naquilo que estiver ao nosso alcance, conte conosco!

Esperamos a sua volta em breve, nobre Ministro.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao ilustre visitante, Ministro Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Machado.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a generosa acolhida do privilégio a mim concedido por esta Casa, de poder usar desta tribuna, para dirigir algumas breves palavras e fazer algumas breves colocações relacionadas com os nossos compromissos e com o nosso programa de trabalho.

Agradeço especialmente a generosa apresentação de Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi, Presidente desta Casa, bem como as saudações permeadas da largueza e generosidade dos Parlamentares Gilberto Carvalho, Líder do PFL, Luís Alberto Oliveira, Líder do PDS, Sérgio Spada, Vice-Líder do PMDB, meu dileto e prezado amigo, Deputado Rubens Bueno.

Meus Senhores, é gratificante e torna qualquer homem público excessivamente feliz de ver o momento que vive a sociedade brasileira; momento de reencontro com a identidade perdida; momento em que a construção de uma nova primavera para este País, supera as divergências partidárias e ideológicas, e o patrimônio comum adquirido nas praças que foi a devolução do poder aos civis, de maneira intransigente, este patrimônio é protegido, é resguardado de forma carinhosa, cuidadosa e cautelosa por todos os homens públicos de vários matizes na perspectiva política as mais distintas.

Vive o Brasil diferentemente daquilo que muitos imaginavam: O momento de demonstração patente de maturidade das instituições. Mais ainda, de demonstração inequívoca de que aquela definição de perda total de credibilidade do Parlamento e dos seus membros, demonstrada em pesquisa, aquilo nada mais era do que a própria manipulação do Estado autoritário, desmoralizando as instituições mais significativas que focalizam angústias aspirações, legítimas demandas de uma sociedade massacrada, tolhida no seu direito de ir e vir, e prejudicada no exercício pleno de sua cidadania. A devolução do poder aos civis representa a conquista maior do inspirador desta grande festa cívica nacional, do detentor desse momento de civismo que dominou e encheu as praças brasileiras, que recuperou esperanças, que restabeleceu a fé e a convicção de que nós brasileiros poderíamos nos constituir numa sociedade politicamente equilibrada e participativa, socialmente justa e economicamente próspera.

Costumo dizer que a tarefa maior não da Aliança Democrática, mas a tarefa maior das instituições da sociedade civil brasileira é aquela de recriar o cidadão reinventar a comunidade, enfim, reinaugurar o povo como sujeito, objeto e instrumento da sua própria grandeza e do seu próprio desenvolvimento.

É por isso, Senhor Presidente, que estamos hoje aqui, nesta terra dos pinheirais, que acolheu com tanto carinho e deu tanto espaço a que concidadãos meus, co-estaduanos meus, aqui tivessem momentos de gratificação, e pudesse construir a sua integração como indivíduos e como cidadão desta terra. Trago aqui o papel que nos foi colocado pelo Governo da Aliança Democrática. E ouvidor geral do Executivo, e corregedor administrativo, numa espécie de consciência crítica do Governo, no instrumento de intermediação entre o cidadão, principalmente àquele cidadão secundário, que faz a grande maioria do povo brasileiro, órfão da vida, da sociedade, e dos Governos.

Trago aqui o papel que nos coloca, extremamente difícil, o próprio Presidente Sarney. E ao escutar as

angústias, as carências, as dificuldades, as restrições, as queixas, as reclamações, as reivindicações, as opiniões e sugestões do cidadão brasileiro, para que tenhamos o Estado, não a serviço do cidadão, não a oprimi-lo, não a limitar o seu ir e vir, mas um Estado destinado a atendê-lo, a apoiá-lo, a servi-lo, como é o nosso papel e a nossa obrigação.

Trago aqui, também, Senhor Presidente, a própria mensagem do Presidente Sarney, que ao abandonar as preocupações com as obrasuntuárias, ao se desvincular do estardalhaço que representava os projetos de impacto e as medidas de impacto. Ao restabelecer o princípio de que este País é um País constituído de pequenos, e caberia ao Brasil aterrissar na sua própria realidade, e não viver os sonhos e as miragens à custa da miséria e do sacrifício de tantos, para satisfazer os interesses e as vaidades de tão poucos.

É este Governo que es estabelece, e muito mais procurando fincar princípios. Princípios da lealdade e de compromissos com a sociedade brasileira. Lealdade que não conduza aos processos constantes de descréditos das autoridades. Ao ir e vir de decisões, hoje atribuídas a uns, negadas a outros, que colocava em tumulto e pavoroso o cidadão e desorientava ações dos agentes econômicos da sociedade brasileira como um todo.

Princípio de austeridade, não austeridade demagógica, mas austeridade objetiva, de limitar gastos suntuários, projetos faraônicos, reduzir o "déficit" público, voltar-se para os projetos pequenos que compreende a realidade do dia-a-dia, do cidadão menor, deste País esquecido dos mais recônditos pontos do Brasil. Princípios da participação, não da participação tutelada, conduzida, orientada pelo Governo, mas a participação provocada, no sentido de que cada cidadão assuma os seus direitos civis, sociais e políticos. Estabeleça para si mesmo o exercício pleno da sua cidadania responsável. Princípio da justa distribuição dos benefícios e da adequada distribuição dos sacrifícios, quando do enfrentamento dos gravíssimos problemas que hoje tumultuam, angustiam as mentes dos dirigentes nacionais. Saldos enormes em termos de uma profunda dívida social, de enormes demandas sociais contidas e represadas, de "déficit" público fenomenais, de dívida interna quase inadministrável, de dívida externa sensivelmente preocupante que leva até o processo de descrédito das negociações externas, de problemas dramáticos, como da casa própria, da previdência, da agricultura brasileira sem política e sem apoios adequados, de universidades totalmente em crise, de um ensino primário recorrendo à prioridade constitucional nunca respeitada; e o salário-mínimo que precisa recobrar sua dignidade; enfim, desse amontoado de problemas que o Governo não poderá resolvê-los, mas que deverão ser resolvidos pela proposta solidária, por soluções de compromissos, e que se distribua a cada um o sacrifício, conforme a sua capacidade de pagar, e que se recorra daqueles que nunca pagaram tanto, a parcela maior dos sacrifícios; que se minimizem, ou que simplesmente não se cobre a quem já pagou tanto, sacrifícios adicionais.

Este Governo se vale de princípios, se vale de pressupostos, de que o social deve prevalecer acima dos objetivos econômicos, de que as usinas nucleares, as grandes estradas, as siderúrgicas, os projetos de hidrelétricas são fundamentais ao crescimento econômico; mas, eles não podem se colocar acima dos interesses maiores da sobrevivência, da subsistência, ou da garantia do mínimo, não da qualidade de vida, mas pelo menos de quantidade de vida de cada cidadão brasileiro.

É o princípio da transformação e da mudança. Não transformação e mudança ilegítima, feita por alguns grupos em pequenos conciliábulos, mas a transformação e mudança discutida nas praças através do contato, como nós estamos tendo agora, com a comunidade do Estado do Paraná, e que nós possamos ouvir, já que tivemos tantos anos de governos surdos, que simplesmente ditavam as aspirações coletivas, tendo a presunção da onisciência, apoiada na presunção da onipotência do Estado autoritário.

As mudanças deste País não serão feitas pelo Governo. Elas deverão ser concretizadas pela sociedade brasileira. Nenhuma grande decisão será tomada isoladamente pelo Presidente. Elas serão levadas aos fóruns adequados ao Congresso Nacional; serão levadas à sociedade civil, para que nós tenhamos efetivamente um governo participativo, responsável, solidário, e que não existam decisões solitárias, que abandonam os anseios e as aspirações maiores da coletividade brasileira.

Um Governo que se conduzirá sem estardalhaços, sem revanchismos, sem preconceitos, sem discriminações, buscando o concurso de todos, independentemente da sua perspectiva política, ideológica e partidária.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem querer me alongar, nestas breves e rápidas observações e colocações, nós gostaríamos de nos colocar integralmente à disposição desta Casa, para que pudéssemos receber contribuições, opiniões, sugestões, crítica, porque toda crítica é boa, e é procedente. Como dizia São Francisco "A crítica justa é válida, porque nos corrige, a injusta é ótima porque nos melhora".

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nós temos um programa de trabalho, que não traz para os Senhores, estradas, dinheiro, escolas, postos de saúde, financiamentos aos produtores, mas, traz acima de tudo, mensagens de reconstrução de algo, que foi esquecido neste País.

Destruido desde o estado cartorial português; passando pelo corporativismo dos anos 30, aprimorando-se no desrespeito à cidadania nos anos 50, e liquidando com a própria cidadania, quando se exigiu as excelsas virtudes do planejamento tecnocrático, e do centralismo, que aparentemente era o pai da eficiência, mas foi, acima de tudo, o pai da destruição da Federação, da liquidação da autonomia municipal e da liquidação do cidadão como partícipe do seu próprio desenvolvimento. É exatamente essa tarefa de provocar a sociedade a se reconstruir, dentro do espírito que deve nortear a construção democrática, porque nós, se não recobramos efetivamente o cidadão, se não recuperarmos o cidadão e a comunidade, se não reinaugurarmos o povo nas decisões nacionais, dificilmente construiremos a sociedade solidária, participativa, com uma democracia estável.

O Brasil, se não resgatar grande dívida social, se não estabelecer o grande pacto do entendimento, da conciliação, da solução de compromisso em que cada qual pague aquilo que pode pagar em função do que recebeu da sociedade, ou do que dispõe como patrimônio, limitando aos marginalizados o direito e o acesso aos bens fundamentais da sua sobrevivência, dificilmente poderemos construir a sociedade que prometemos nas praças públicas.

Mas, tenho a convicção que nós administraremos as esperanças e as transformaremos não em sonhos, mas, efetivamente, na sociedade desejada por todos os brasileiros. Nós, que eu digo, não o Governo, mas a sociedade brasileira como um todo, através das suas

instituições civis e através do exercício pleno da cidadania condigna.

Concluo minhas palavras, Senhor Presidente, uma vez, dizendo que nos colocamos no Governo Federal, integralmente abertos como canal de comunicação direta entre o cidadão e o Estado, para que nós possamos conduzir as propostas relacionadas à cidadania, à descentralização e à municipalização, à efetiva defesa dos interesses do consumidor principalmente, a defesa dos micro-negócios, a descentralização e a desregulamentação da economia, como propostas fundamentais dessa nova versão do estilo de governar que nós pretendemos ver instaurada definitivamente no País.

Digo mais a Vossa Excelência, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que faço um apelo como um responsável pela implantação do Estatuto da Microempresa, que Vossas Excelências quando analisarem a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa levem em conta apenas três observações relacionadas à micro-empresa: n.º 1 - não há instrumento mais eficiente e eficaz, mais barato, mais adequado de geração de empregos do que o estímulo especial da microempresa: Elas são a base da estabilidade econômica: a falência de 100 microempresas não dá manchete em jornal, diferentemente da falência de um grande negócio do Estado do Paraná. Ela dá estabilidade econômica, ela dá transparência social, ela gera uma classe média forte, ela gera emprego, ela integra a economia, ela estabelece efetivamente as bases para o crescimento da economia através do crescimento tecnológico e através da criação de experiência gerencial.

Mas, mais importante do que isso, o que o Governo do Estado perderá em termos de receita tributária, se garantir 10 mil ORTN's, isenção do ICM, não representa parcela substancial.

Diria isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque num sistema economicamente frágil, marcado por microempresas, como por exemplo a economia do Pará, garantir 10 mil ORTN's de isenção, às micro-empresas naquele Estado, representariam a perda bruta da receita tributária de apenas 11 por cento, naquele Estado, que é um Estado excessivamente pobre e marcado por micro-empresas que pesam extremamente na sua economia.

Diria mais aos Senhores o seguinte: que a economia derivada da redução das despesas com aparato arrecadador, com aparato fiscalizador, com a burocracia, com o tempo de arrecadação, faz com que naquele Estado a perda líquida de receita seja apenas da ordem de 5,5 por cento ao invés de 11 por cento.

Diria mais, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que se nós olharmos para traz, examinarmos quanto de incentivo e subsídios, regimes especiais, isenções foram dadas a grandes empresas, e nós compararmos esses incentivos com aquilo pouco que está sendo pedido pelas microempresas, e a dimensão social do seu papel, bem como o efeito multiplicador da sua atividade em termos de retorno dos próprios produtos, nós veremos que vale a pena fazer esse investimento que não representa a perda de receita.

Portanto, eu deixaria essas observações apenas para efeito de meditação, porque soberanamente cabe a esta Assembléia, decidir o que é melhor para os interesses do Estado do Paraná, sem nenhuma visão fiscalista ou tributarista, sem nenhuma visão de curto prazo, mas, acima de tudo, examinando o que o conceito de microempresas no Estatuto, é do valor de faturamento

no início do ano.

Porque uma microempresa que é microempresa no primeiro mês de janeiro, com 10 mil ORTN's, no final do ano, estará em termos reais com apenas 3 mil ORTN's. Para esse simples exercício aritmético basta lembrar o seguinte: pelo Estatuto, microempresa é aquela empresa que tem 10 mil ORTN's de faturamento à ORTN de janeiro. Isso representaria 244 milhões de cruzeiros. Com a inflação hoje existente, 3 meses depois esta microempresa, se ela não se descapitalizar e apenas acompanhar a inflação, ela ao final do primeiro trimestre terá uma receita de 360 milhões e ela gerará, já terá em função do critério o valor de 15 mil ORTN's de janeiro.

Se os Senhores forem projetar ao final do ano, os Senhores vão chegar à conclusão, que mesmo estabelecendo o conceito de microempresa em 10 mil ORTNs, nós vamos ter no final do ano, em termos reais, efetivamente considerado microempresa, apenas empresas que tenham receita operacional de 3 mil ORTNs no final do ano.

Então esses são alguns dados que eu deixaria. Perdoem-me ter explicado um pouco as minhas colocações, porque este é um momento muito importante. E a Assembléia Legislativa do Paraná está decidindo, efetivamente, como deve qualificar e caracterizar o que vem a ser a microempresa em função dos interesses maiores do Estado do Paraná.

Aos Senhores eu quero mais uma vez agradecer a Vossas Excelências e a boa vontade e, acima de tudo, a acolhida, deixando a convicção que o Governo que aí está não tem outro compromisso a não ser fazer com que os sonhos gerados nas praças, pelo inspirador deste grande momento de afirmação e de civismo nacionais, esses sonhos não serão frustrados, e que nós, todos juntos, administraremos essas esperanças e as transformaremos na nova primavera para este País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) -

Queremos agradecer a visita do ilustre Ministro Paulo Lustosa, bem como seu acompanhante, Desembargador Alceu Conceição Machado, ex-Presidente do Tribunal de Justiça.

Está encerrada a sessão. A sessão extraordinária será realizada tão logo a despedida do ilustre Ministro.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TADEU LÚCIO MACHADO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1985.

CARTA DO LEITOR

CURRICULUM VITAE

Chegou e continua a Nova República em seu bojo o fruto do aprendizado de vinte anos de direcionamento ideológico e

funcional.

Várias são as matizes com que se apresentam mas podemos destacar uma das mais evidentes.

Sabe-se que o preenchimento dos cargos de primeiro escalão, valeu, mais o princípio do QI, ou seja, quem indica, dentro dos acertos políticos que culminaram com a eleição de um candidato saído dos partidos de oposição. Assim mesmo o "pau comeu na casa do noca", pois os mais ligeiros, Minas, Bahia e São Paulo, abocanharam a maior fatia.

Agora, vemos nos jornais peleja pela ocupação dos cargos de segundo e terceiro escalão só que, neste ponto o QI, é substituído pelo CURRICULUM VITAE.

Curriculum Vitae, é a forma esnobe de se dizer passado de trabalho, de formação, de cargos ocupados, ou seja, o que se fez em períodos anteriores.

Ora, a Aliança Democrática, foi formada por frentistas, pedessistas dissidentes e partidos de oposição como, PMDB, PTB, PDT e PT, com algumas discordâncias, obviamente.

Portanto, todos estão concorrendo nas indicações para formação dos escalões inferiores.

E aí é que a "Vaca foi pro brejo". Os frentistas e dissidentes do PDS, passaram todo o período de ditadura colocando os seus apaniguados em altos cargos e chefias. Portanto todos os seus indicados possuem o famigerado CURRICULUM VITAE e com vastíssimo "courvet", ressaltando que agora, o Presidente é "oriundi" do PDS, com passagem pelo PFL e com desembarque no PMDB.

Já os dois partidos da então oposição, não foram governo, não praticaram administração pública durante todo o período de recessão, foram cassados, afastados, jogados na geladeira cultural, alijados de qualquer possibilidade de participação. Os nossos indicados não possuem curriculum, que não seja o de sofrendores, perseguidos e abandonados.

E nesse ponto, eu posso afirmar: O PMDB e demais partidos opositores no passado, não terão vez, serão mais uma vez preteridos, só que agora sob a ótica da tecnicidade importada.

O Senhor José Serra eu sei onde se encontrava após a redentora aquartelada de 1964, mas o Senhor Lemgruber, o Senhor Dornelles, o Senhor Rieschbieter e os Senhores João das Couves de qualquer origem, onde se encontravam, se não no abrigo da proteção dos milicos.

Que o PMDB por seu diretório nacional, bem como por seus diretórios regionais e municipais, digam aos atuais tecnocratas da Nova República que CURRICULUM VITAE, eles apliquem em suas residências, na escolha de seus serviçais - pois nos escalões das execuções de trabalho da administração pública, preferimos ver

companheiros de luta, de ideal, de partido, de compromisso com a sociedade e não com o seu grupo, com seu diploma, com seus protetores.

Atenção Senado Álvaro Dias, abra os olhos, desentupa os ouvidos, se encoste na parede, pois o pepino que está voando poderá atingir em cheio os autênticos defensores das MUDANÇAS JÁ.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 08.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado
Gilberto Carvalho, Secretariada pelos
Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa e
Ezequias Losso.

Às dezesseis horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes
Senhores Deputados: Nilso Squarezi,
Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtor Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Gilberto Carvalho) Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 291/84, de autoria do Deputado ERVIN

BONKOSKI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovada.**

PROJETO DE LEI N.^o 291/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.^o - Fica declarado de utilidade pública a "Associação e Cultural dos aposentados e Pensionistas do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art.2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/10/84.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da Assistência social e filantrópica aos aposentados e pensionistas do Paraná e suas famílias.

Nos termos da legislação em vigor a mesma preenche os requisitos essenciais para que o Poder Público Estadual a reconheça como de utilidade pública, a exemplo do já ocorrido na esfera municipal de Curitiba, através da Lei Municipal n.^o 6.553 de 02/10/84 e de acordo com a documentação que anexamos.

Nestas condições, apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 291/84

PARECER:

O Presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Ervin Bonkoski, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas do Paraná.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n.^o 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/03/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
IVAN GUBERT - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o

300/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 224/84), dispondo que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C. Seg. Publ., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 300/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.º - O Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade do Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar.

Parágrafo Único - O Conselho de Justificação pode, também, ser aplicado ao Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra.

Art.2.º - É submetido a Conselho de Justificação, a pedido ou "ex-officio", o oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná:

I - acusado oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social de ter:

- a) - procedimento incorretamente no desempenho de cargo;
- b) - tida conduta irregular; ou
- c) - praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe;

II - considerando não habilitado para o acesso, em caráter provisório, momento em que venha a ser objeto de apreciação para o ingresso em Quadro de Acesso.

III - afastado do cargo, na forma da legislação policial-militar, por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a eles inerentes, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo.

IV - condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em tribunal civil ou militar, à pena restrita de liberdade individual até dois (02) anos, tão logo transite em julgado a sentença; ou

V - pertencente a partido político ou associação que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial.

Parágrafo Único. É considerado, entre

outros, para os efeitos desta Lei, pertencente a partido ou associação, a que se refere este artigo, o Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná que, ostensiva ou clandestinamente:

- a) - estiver inscrito como seu membro;
- b) - prestar serviços ou angariar valores em seu benefício;
- c) - realizar propaganda de suas doutrinas; ou
- d) - colaborar, por qualquer forma, mas sempre do modo inequívoco ou doloso, em suas atividades.

Art.3.º - O Oficial da ativa da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao ser submetido a Conselho de Justificação, é afastado do exercício de suas funções:

I - automaticamente, nos casos dos itens IV e V do art.2.º; e

II - a critério do Comandante-Geral da Corporação, no caso do item I do art.2.º.

Art.4.º - A nomeação do Conselho de Justificação é da competência do Comandante-Geral.

§ 1.º - A autoridade nomeante pode, com base nos antecedentes do Oficial a ser julgado e na natureza ou falta de consistência dos fatos argüidos, considerar, desde logo, improcedente a acusação e indeferir, em consequência, o pedido de nomeação do Conselho de Justificação.

§ 2.º - O indeferimento do pedido de nomeação do Conselho de Justificação, devidamente fundamentado, assim como o seu deferimento, deve ser publicado em Boletim Reservado do Comando-Geral e transcrito nos assentamentos do Oficial, se este é da ativa.

Art.5.º - O Conselho de Justificação é composto de três (03) Oficiais da ativa, da Polícia Militar do Estado do Paraná e de posto superior ao do justificante.

§ 1.º - O membro mais antigo do Conselho de Justificação, no mínimo um Oficial Superior da ativa, é o presidente; o que lhe segue em antigüidade é o Interrogante e Relator, e o mais moderno, o Escrivão.

§ 2.º - Não podem fazer parte do Conselho de Justificação:

- a) - o Oficial que formulou a acusação;
- b) - os Oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consaguinidade colateral ou de natureza civil; e

c) - os Oficiais subalternos.

§ 3.º - Quando o Justificante é Oficial Superior do último posto, os membros do Conselho de Justificação serão nomeados dentre os oficiais daquele posto, da ativa ou na inatividade, mais antigos que o

Justificante.

§ 4.º - Quando o Justificante é Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado, um dos membros do Conselho de Justificação pode ser da Reserva Remunerada.

Art. 6.º - O Conselho de Justificação funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local onde a autoridade nomeante julgue melhor indicado para a apuração do fato.

Art. 7.º - Reunido o Conselho de Justificação, convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presente o Justificante, o Presidente manda proceder à leitura e à atuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação do Conselho; em seguida, ordena a qualificação e o interrogatório do Justificante, o que é reduzido a auto, assinado por todos os membros do Conselho e pelo Justificante, fazendo-se a juntada de todos os documentos por este oferecidos.

Parágrafo Único - Quando o Justificante é Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado e não é localizado ou deixa de atender à intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Justificação:

a) a intimação é publicada em órgão de divulgação na área do domicílio do Justificante; e

b) o processo corre à revelia, se o Justificante não atender à publicação.

Art.8.º - Aos membros do Conselho de Justificação é lícito reperguntar ao Justificante e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art.9.º - Ao Justificante é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de cinco (05) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Justificação fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1.º - O Justificante deve estar presente a todas as sessões do Conselho de Justificação, exceto à sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2.º - Em sua defesa, pode o Justificante requerer a produção, perante o Conselho de Justificação, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3.º - As provas a serem realizadas mediante Carta Precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar ou, na falta desta, da autoridade judiciária local.

Art.10 - O Conselho de Justificação

pode inquirir o acusador ou receber, por escrito seus esclarecimentos, ouvindo, posteriormente, a respeito, o justificante.

Art.11 - O Conselho de Justificação dispõe de um prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo Único - A autoridade nomeante, por motivos excepcionais, pode prorrogar até vinte (20) dias o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art.12 - Realizadas todas as diligências, o Conselho de Justificação passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1.º - O relatório, elaborado pelo Escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Justificação, deve julgar, se o justificante:

a) é, ou não, culpado da acusação que lhe foi feita; ou

b) no caso do item II do art.2.º, desta Lei, está, ou não, sem habilitação para o acesso, em caráter definitivo; ou

c) no caso do item IV do art.2.º, desta Lei, levados em consideração os preceitos de aplicação de pena prevista no Código Penal Militar, está ou não, incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2.º - A deliberação do Conselho de Justificação é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3.º - Quando houver voto vencido, é facultada sua Justificação por escrito.

§ 4.º - Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o Conselho de Justificação remete o processo a autoridade nomeante.

Art.13 - Recebidos os autos do processo do Conselho de Justificação, a autoridade nomeante, dentro do prazo de vinte (20) dias, aceitando ou não seu julgamento e, neste último caso, justificando os motivos de seu despacho, determina:

I - o arquivamento do processo, se considera procedente a justificação;

II - a aplicação de pena disciplinar, se considera transgressão disciplinar a razão pela qual o Oficial foi julgado culpado;

III - na forma da legislação policial-militar, a adoção das providências necessárias à transferência para a Reserva Remunerada, se o Oficial foi considerado não habilitado para o acesso em caráter definitivo;

IV - a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime ou contravenção a razão pela qual o Oficial foi considerado culpado;

V - a remessa do processo ao tribunal

a que competir a 2.^a instância:

a) se a razão pela qual o Oficial foi julgado culpado está prevista nos itens I, III e V do art. 2.^o; ou

b) se, pelo crime cometido, previsto no item IV do art. 2.^o o oficial foi julgado incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade.

Parágrafo Único - O despacho que julgou procedente a justificação deve ser publicado oficialmente e transcrito nos assentamentos do Oficial, se este é da ativa.

Art. 14 - É da competência do Tribunal a que competir a 2.^a instância da Justiça Militar Estadual julgar em instância única, os processos oriundos de Conselhos de Justificação, a ele remetidos pela autoridade nomeante.

Art. 15 - No Tribunal a que competir a 2.^a instância da Justiça Estadual, distribuído o processo, é o mesmo relatado por um dos seus membros que, antes, deve abrir prazo de cinco (05) dias para a defesa se manifestar por escrito sobre a decisão do Conselho de Justificação.

Parágrafo Único - Concluída esta fase, é o processo submetido a julgamento.

Art. 16 - O Tribunal a que competir a 2.^a instância da Justiça Militar Estadual, caso julgue provado que o Oficial é culpado do ato ou fato previsto nos itens I, III e V do art. 2.^o, é incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade, deve, conforme o caso:

I - declará-lo indigno do oficialato ou com ele incompatível determinando a perda de seu posto e patente; ou

II - determinar a sua reforma.

§ 1.^o - A reforma do oficial é efetuada no posto que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2.^o - A reforma do Oficial ou sua demissão "ex-officio" conseqüente da perda do posto e patente, conforme o caso, é efetuada por ato do Governador do Estado, tão logo seja publicado o acórdão do tribunal a que competir a 2.^a instância da Justiça Militar Estadual.

Art. 17 - Aplicam-se a esta Lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 18 - Prescrevem em seis (06) anos, computados na data em que foram praticados, os casos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único - Os casos também previstos no Código Penal Militar como crime, prescrevem nos prazos nele estabelecidos.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/10/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 300/84

PARECER:

O projeto de Lei em exame oriundo da Mensagem Governamental n.º 224/84, dispõe que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, conforme especifica.

A matéria segue orientação do Estado-Maior do Exército, através da Inspeção Geral das Polícias Militares. A Lei Estadual n.º 7.049, de 21 de novembro de 1978, apenas adaptou os termos da Lei Federal n.º 5.836, de 05 de dezembro de 1972. A medida, ora proposta, consolida toda a doutrina referente à matéria, com uma legislação peculiar da PMPR, o que era imprescindível, pois vêm preencher as lacunas da legislação vigente, com reflexos benéficos para os Oficiais da Corporação.

Do ponto de vista de seus aspectos constitucionais, legais e regimentais, o Projeto de Lei já referido encontra-se em condições de prosseguir normalmente com a sua tramitação.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do mesmo.

É o nosso precer.

Sala das Comissões, em 13/11/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ANIBAL KHURY - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 300/84

PARECER:

O Projeto de Lei em questão, originado na Mensagem Governamental n.º 224/84, dispõe que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, conforme especifica.

A matéria foi objeto de exame por parte da douta Comissão de Constituição e justiça e recebeu o necessário parecer favorável.

Não há dúvidas de que a fixação de normas e de um instrumento destinado a julgar, por meio de processo especial, da incapacidade moral ou profissional do Oficial da PMPR, para o serviço ativo, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar é medida extremamente oportuna. Por outro lado, é imprescindível que isto se faça com uma legislação peculiar ao nosso Estado e que esteja de acordo com toda a doutrina já consolidada pela legislação federal.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 04/12/84.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO - Presidente;
FIORI LUIZ - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 325/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA" - ALA, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.^o 127, de 21/11/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 325/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Fiori Luiz, a presente propositura tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Londrinense de Assistência" - ALA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Do exame da documentação que acompanha o presente Plano de Lei, bem como a justificativa do ilustre autor, depreende-se que a entidade em apreço preenche todos os requisitos da Lei n.^o 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que

regula a matéria de Utilidade Pública em nosso Estado.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/03/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.^o 39/85 e dos Projetos de Lei n.^{os} 247/84, 09/85, 59/85.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 291/84, 300/84, 325/84.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 327/84, 329/84, 366/84, 368/84.

Levanta-se a sessão.